

FACULDADE DE DIREITO

ESTUDOS

DE

PHILOSOPHIA POLITICA

POR

UMA DAS COMMISSÕES DO 3.º ANNO

1871—1872

COIMBRA

Imprensa da Universidade

FACULDADE DE DIREITO

ESTUDOS

DE

PHILOSOPHIA POLITICA

FEITOS EM 1871—1872

POR

UMA DAS COMMISSÕES DO 3.º ANNO

COIMBRA

Imprensa da Universidade

1872

QUESITOS

PROPOSTOS PELO LENTE DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Manuel Emygdio Garcia

1.º

Como se poderá conciliar o principio da soberania popular com o systema da representação nacional, adoptada nos differentes Estados da Europa e do Novo-Mundo?

2.º

Exame critico das objecções levantadas contra a verdade theorica e execução effectiva do governo democratico propriamente dicto.

La liberté politique est la création collective d'une nation, qui pratique, dans les rapports de la vie privée et de la vie publique, les lois éternelles de la justice.

SCHUTZENBERGER — *Les lois de l'ordre social.*

INTRODUÇÃO

O progresso.— Unidade da civilização.— O empirismo.— Sua influencia na religião, na politica, na historia e na sciencia.— Deveres actuaes.— Igualdade social.— O povo.

Tudo muda, e nada se aniquila. As crenças agitam-se, as civilizações modificam-se, os dogmas decompõem-se, e nesta serie não interrompida de elaborações philosophicas, artisticas, sociaes e religiosas, que se vão operando invisivelmente, por uma especie de fatalidade, através a marcha das gerações, surprehende-se sempre o mesmo agente, que dá unidade a todas as manifestações, energia a todos os movimentos, harmonia e variedade a todas as criações humanas, e que, pela sua fecundidade, realiza as grandes syntheses scientificas, que se prendem e reúnem naquella formula luminosa, concisa e cheia de virtude, a que o espirito moderno deu o nome de *progresso*. Esta affirmação, annunciada como lei do futuro harmonico da Humanidade e ao mesmo tempo como o pensamento supremo, em volta do qual têm gravitado todas as civilizações do mundo, produziu-se fóra do dominio metaphysico, pela analyse das

evoluções successivamente progressivas dos elementos e condições do estado presente das cousas.

Espelho da alma de todos os povos, porque todos, ainda nas maiores attribuições, ainda nos dias mais sombrios da sua existencia, tem a dizer a sua palavra, a realizar seu pensamento, sua pagina a escrever no testamento da historia, o progresso é deduzido dos factos, que, na sua nudez, encerram ás vezes mais força e convicção do que os rigores da logica. Sempre que pensamos nesta grande idéa do progresso, o enthusiasmo nos arrebatá; como a pytho-nissa ardente sobre a tripode com o fogo divino a escan-decer-lhe o cerebro resolve os enigmas da vida, o progresso com a sua magia, com a sua força vivificante, com a sua energia intima resolve todos os obstaculos phisicos e moraes, que se lhe propõem a elle, eterno propheta, maior, mais gigante, mais universal do que os prophetas antigos, mais estupendo do que as revoluções, porque as domina a todas, porque existe sempre e continuamente, verdadeiro protogonista da historia, que nos apparece, como Protheo, transformando-se incessantemente, tomando cada vez um character mais bello, aspirando a uma formula mais divina.

E, todavia, nós não temos a discurrir a questão do progresso, porque esta idéa apparece-nos em si mais clara do que todos os raciocinios. Os ataques que certas escolas lhe dirigem, não fazem senão evidenciar com mais rigor a sua existencia. Como o sol é sempre o sol, o astro majestoso da criação, o centro de que irradia a vida para todos os mundos, que os penetra e transforma, fazendo brotar de suas entranhas seres infinitamente grandes e infinitamente pequenos, organizações variadissimas de todos os matizes, de todas as proporções; foco d'onde se propaga a luz, difundindo-se em ondas pelo universo, pondo em contacto os seus fragmentos, epopeas gigantescas do poeta por excellencia, do heroe dos heroes, do que disse á terra — *mo-ve-te e a terra se moveu*: como o sol é sempre o sol, o

astro que illumina a immensidade, assim o progresso, esse facho do universo moral, é, e ha de ser sempre, a despeito de tacanhas concepções, o progresso, o centro vital de todo o mundo da historia, foco luminoso, d'onde sahe a cada momento o calor, que nos alimenta na alma o fogo das grandes idéas, dos grandes enthusiasmos, fogo vivificante, energico, que, em vez de crestar o viço das virtudes, as desinvolve, originando typos, chamados heroes e martyres, e dos heroes e martyres fazendo sahir revoluções, e das revoluções fazendo sahir idéas e das idéas as civilisações. Acabae, philosophos, por uma vez, com a questão theorica da perfectibilidade, porque ao ouvir-vos tantos raciocinios, tantas discussões, fazei-nos trepidar diante da idéa mais verdadeira, pois que é attestada pelo testemunho da consciencia e confirmada por uma experiencia tão velha como o mundo — a experiencia da historia.

A raiz do progresso está no espirito. E o que é o espirito? É o agente, que produz e dá unidade a toda a civilização humana. Quem não vê, effectivamente, no meio d'este cahir e levantar de gerações, a necessidade de uma alma, que dê vida, movimento e harmonia a estas ruinas, porque só então ellas poderão servir de lição e refrigerio? Quem não vê a impossibilidade d'este mundo de formas, de realidades, de contradicções apparentes, sem a existencia de um principio vital, causativo, que dê a razão de multiplicidade de manifestações, que se debatem no dominio philosophico, artistico, litterario e religioso?

A persistencia e identidade d'este principio genesiaco da phenomonalidade veiu dar nexo aos acontecimentos humanos, que, pela sua variedade e antagonismo, pareciam achar-se em um estado de repulsão perpetua. Emquanto se estudou a historia, amortalhada na serie dos factos isolados, e taes como existiam em si, a formação do conhecimento foi puramente empirica, e a unidade da civilização impossivel de reconhecer na immensidade d'este cahos. Falta-va um dos elementos, que nos dá a idéa da unidade, por

isso ella foi desconhecida, por isso os antigos não descobriram o segredo das cousas. Como saberiam escrever a historia, se elles não conheciam a alma que a animava? Se elles ignoravam a fonte da belleza e da justiça, como poderiam levantar um protesto contra as grandes iniquidades, que os opprimiam, uma maldição contra os grandes crimes para com a consciencia universal do genero humano? Momentos verdadeiramente terriveis são aquelles, em que o jugo da servidão é imposto ao homem, justamente porque lhe falta a consciencia do direito. A tyrannia toca os limites do arbitrario, obra impassivelmente, sem que tão grande impiedade arranque do fundo dos corações um grito de indignação.

Nossos irmãos passados foram victimas d'este estado desgraçado. Não antevendo através a variedade dos phenomenos da civilisação os factos invisiveis e permanentes, que constituem a unidade da civilisação mesma, não podiam sahir da contemplação da face externa dos acontecimentos; e, porisso, um destino invencivel os obrigava a soffrer a sua influencia. Viveram d'esta vida de momento mergulhados num empirismo continuado. O transitorio envolve-os por todos os lados: as fórmulas reaes objectivas occultam o sentido das fórmulas ideaes e subjectivas, de cuja concepção provém a idéa de dignidade. Sim, a dignidade é impossivel emquanto a noção subjectiva das acções não raiar bem clara sobre o horisonte do espirito. No fundo da alma do selvagem descobre-se o presentimento vivo e continuo da morte universal, da decrepidez do universo, e como consequencia d'este pensamento funebre, mais ou menos filho das impressões passageiras, vem a fraqueza, a humilhação, a falta de confiança em si, a perda da dignidade, quando ella existe.

As manifestações moraes, que vão successivamente apparecendo, por uma especie de rejuvenescimento continuo em que está a historia, a qual necessita de variedade como o individuo, exercem, na medida de sua importancia, um

poder cego, assombroso sobre a consciencia humana, que, involvida por formulas empiricas, não vê que é justamente nellas que se acha a origem das suas miserias.

D'estas grandes manifestações moraes vêde primeiro as manifestações religiosas, desinvolvendo-se no seio das gerações, cada uma assentando, em nome d'um principio ideal, as idéas mais desoladoras de intolerancia, de dissidencia; affirmando, em nome dos terrores do outro mundo, a humilhação, o fanatismo, a hypocrisia, a morte das aspirações, o culto ao poder invisivel d'uma divindade sempre em colera, troando sobre o Sinai, sobre o Merou, sobre o Albordj, apparecendo no Olympo, com o raio por diadema, tomando entre os christãos a fórmula d'um ser determinado para se aproximar do mundo, apagar as suas lagrimas, curar as suas dôres com o balsamo do céu, castigar os seus peccados com as torturas do inferno; tudo envolvido em taes erros, em taes superstições, commettendo tão grandes attentados contra o principio da inviolabilidade da consciencia, que nós não podemos deixar de levantar um grito de commiseração pela sorte de nossos irmãos, sepultados no cemiterio da historia; os quaes não podendo penetrar além do que viam e observavam, porque o empirismo da sua sciencia lh'o não permittiu, soffreram com resignação todas estas torturas moraes e materiaes. Aceitando as religiões, com todas as suas intolerancias, como os enormissimos erros, que as involviam, sem investigar a natureza do principio religioso na razão e buscar a sua harmonia com a obra dos reveladores, nossos irmãos passados não só foram escravos, não só encadearam a consciencia individual a idéas falsas e practicas absurdas, mas fizeram mais, foram injustos, quando procuraram introduzir na consciencia social a crença e a fé, que os animava, obrando sobre os recalcitrantes com a energia, que deixou para sempre celebres os dias sombrios dos Albigenses, da Inquisição e da Reforma. A historia, recebendo este legado deve ter uma palavra de desculpa para estes crimes inconscientes.

À idéa religiosa está ligada a idéa politica, a segunda manifestação moral que subjugou o homem durante o periodo empirico. Como a serie das manifestações religiosas no seio dos povos vieram sempre envolvidas de grandes vicios organicos, que amesquinham no homem a grandeza do seu genio indigena, formando um character novo; a serie das manifestações politicas affectou todas as formas, gerou todos os abusos, introduziu todos os despotismos, todas as arbitrariedades, commetteu todos os crimes contra a liberdade, violentou a natureza humana, obrigando-a a ser submissa, escrava, e por fim depois de tormentas tão grandes do despotismo, depois de tantas proscricções na cidade do direito, veio a revolução prégando os grandes dogmas da moderna religião social, que terminou aquella antiga exploração da fraqueza humana, aquelle antigo estado da violação das grandes leis que constituem a dignidade social. Procura a razão, por que não se eleva um gemido, uma queixa durante este periodo de arbitrariedades politicas, e essa razão não a encontrareis senão no facto da pouca rebustez do espirito de investigação.

Limitando-se á analyse da feição externa do Estado, como o fizeram as castas, as guerras, os odios de familia, os caprichos desvairados d'uma entidade profundamente ridicula, porque é essencialmente irresponsavel; não desconfiando que houvesse cousa alguma para além do que a historia lhe ia mostrando em materia politica, e por isso tomando os phenomenos como a realidade em si, as gerações passadas foram victimas inconscientes do seu empirismo, que não lhes deixou ver as forças individues, naturaes, que são a base do movimento juridico e economico, iniciado no seio dos povos pela grande potencia da revolução. Aonde iriam, pois, buscar o ponto para apoiar a resistencia, se a noção de justiça e de egualdade não estava determinada em seu espirito? Quem ousaria reagir contra uma instituição politica, que tinha a seu favor o céu e a terra, as afirmações theologicas e as afirmações dos pu-

blicistas desde S. Thomaz até Hobbes, e desde Hobbes até De Maistre? O trabalho da moderna philosophia politica, desinvolvida pelo grande seculo XVIII, e pela grande Revolução Franceza, foi descobrir no homem as leis invariaveis, sobre as quaes se deve organizar a ordem social, a fim de ser estavel e justa.

Como a religião e a politica, a historia obedeceu á condição desgraçada da interpretação empirica. Através a variedade phenomenica, o homem não descobre o pensamento vivo, o eterno juiz, a alma occulta de toda a civilização objectiva. A contradicção apparente aniquila no fundo dos espiritos, toda a idéa de harmonia e persistencia; a verdade perde-se neste dedalo infinito de paixões e de virtudes, de dores e alegrias. As formulas theologicas são o molde ideal de toda a realidade, o principio genetico, que preside a todas as evoluções da idéa no seio da humanidade; as formulas philosophicas, concebidas por uma especie de revelação do genio, que, com o seu olho de gigante, vence o esforço da cerração mais condensada, não são comprehendidas, e por isso ficam enterradas no tumulto do esquecimento, até que uma geração vem e restitue á vida o Lazaro, amortalhado nas dobras do manto da ignorancia.

Quando Bossuet lança aos quatro ventos as folhas da *Historia Universal*, o mundo recebe-as com alegria, porque naquella paginas repassadas de unção religiosa reconhece aquillo que sentia em si, o poder da providencia; pelo contrario, quando aquelle espirito transcendente, a que no mundo se deu o nome de Vico, se eleva á concepção da sua grande formula de philosophia da historia, que rege todo o desinvolvimento dos povos, tudo fica silencioso em suas crenças, justamente porque lhe falta o poder intellectual para comprehender o seu alcance e poder libertar-se das influencias da theologia. Tal é a força do empirismo em materia historica, que ainda em nossos tempos muitos espiritos crêm na força do acaso.

Da historia passae á sciencia, e perguntae-lhe qual foi

o seu pensamento ultimo, supremo sobre a natureza das cousas, qual foi o ideal que ella perseguiu através os emblemas profundos da vida humana; que miragem perpetua do infinito, do immudavel a attrahiu para a região das alturas, onde se revolvem as grandes figuras, os grandes reveladores, os eternos sacerdotes, interpretes de mysterios tambem eternos, pois que o desinvolvimento da sciencia é indefenido, e de tudo isto só obtereis a resposta desoladora, que vos confirmará na idéa de que tudo no passado obedeceu á tendencia empirica. A feição da sciencia foi essencialmente objectiva, como a da religião, da politica, e da historia, e, porisso, o seu grande trabalho foi de *construcção formal*, contrariamente ao da sciencia moderna, que, inspirada noutros principios, tende successivamente para as *construcções ideaes*, que fornecem a base mesma da sciencia.

O que seria a philosophia, o itinerario do homem para a verdade, segundo o pensamento de nossos dias, quando tudo se limitava á observação isolada? Uma arte de fórmulas syllogisticas, destinadas a encadear o espirito ao despotismo de uma hypothese, pois que tal é a base d'esta argumentação sustentada ainda em nossos dias no dominio theologico, onde o principio da auctoridade na sciencia se arroga um poder descricionario. As investigações especulativas, filhas de uma concentração aturada, perdem-se neste delirio das discussões, em que se envolvem todos á porfia, procurando nos cartorios da dialectica um documento, que comprometta o adversario. A determinação das leis do mundo moral nesta concepção philosophica era tão impossivel, como a determinação das leis historicas era impossivel nas narrações, ingenuas é verdade, mas faltas de unidade e critica, dos chronistas e historiographos.

Nós, que vimos depois de nossos irmãos, com a alma cheia de tradições, sentindo no coração uma harmonia, filha das notas de todo o passado, herdeiros dos legados que a acção combinada das civilisações e revoluções nos procurou, fadados pela natureza para apparecer no drama da

historia em epochas mais avançadas, de conhecimentos mais exactos e profundos, de formulas mais extensas, de concepções mais transcendentas, nós que, com os olhos no direito e na virtude, esses dous céos da alma, pedimos todos os dias, todas as horas, instituições mais justas, preceitos mais moralisadores, temos o dever de não cahir nas mesmas faltas dos que nos precederam, afim de que a posteridade não diga, que houve homens em pleno seculo XIX, que continuaram a alimentar em si o monstro dos erros preteritos.

É necessario que todos os fanatismos, todas as iniquidades que habitavam na consciencia em nome d'uma philosophia falsa, d'uma concepção religiosa, egoista e grosseira, d'uma politica tacanha e miseravel, que fez a desgraça de tantos povos, desapareçam deante de um novo movimento intellectual, imprimido no sentido verdadeiramente scientifico, isto é, tendente a harmonisar o real com o ideal, o phenomeno com a sua causa. O dominio dos factos unido ao dominio das causas formarão o imperio universal do conhecimento, o futuro harmonico da civilisação humana que em todas as suas evoluções progressivas, ainda não conseguiu escapar totalmente á acção desordenada d'aquella segunda potencia.

Grande é a missão do nosso tempo, grandissimo é o dever, que nos coube na hora de trabalho e, porisso, gravissima será tambem a responsabilidade que nos cairá, quando a posteridade, debruçando-se sobre o abysmo do passado, for chamando a juizo as acções de cada um até nós.

A alliança do pensamento e do objecto em todos os dominios é a missão actual. Nella está o poncto culminante, a que tende o movimento ascensional dos povos. Quando aquelle metaphysico, chamado Hegel, aquelle ultimo profeta do mundo occidental, na phrase do sceptico Henri Heine, proclamava o seu grande principio da unidade absoluta, não fazia mais do que affirmar a ligação invencivel da phenomenalidade real com a ideal, ligação que a sciencia deve descobrir, com risco de ser imperfeita, truncada, pois

que a tanto equivale a meditação isolada do facto ou da causa. Os sentidos não conseguem dar-nos a razão transcendente do que vemos e observamos; a determinação das leis escapa-lhe. **E sem as leis a sciencia não existe.** Como existiria, se ellas são a verdade por excellencia, a condição de toda a solida deducção e inducção? Quem não vê, effectivamente, que nellas está a refutação mais formal de todos os abusos, de todas as injustiças de que nossos irmãos foram victimas, exactamente porque não souberam remontar além, e ver se aquillo tinha uma razão de ser no homem? Se queremos ser justos e inflexiveis, como nos aconselha a dignidade philosophica, necessitamos permanecer e obrar nas alturas da sciencia, que não deve aceitar a razão do facto, mas sim combinal-a com a razão de causa para depois formular a synthese, isto é, o conhecimento. Só quando o movimento intellectual tomar esta direcção, poderemos dizer que o mundo está em via de regenerar-se.

A egualdade religiosa veio após a determinação das leis da consciencia; a egualdade social e politica ha de tambem ser filha das leis sociaes, que são os direitos, os instrumentos ideaes do desenvolvimento juridico e economico.

Alguns, accetando as theses fundamentaes da philosophia politica, como dogmas infalliveis, estremecem deante da sua affirmacção hypothetica, porque, não antevendo senão consequencias sinistras, olham para alli, como para um abysmo onde sôa furiosa a voz da anarchia, d'onde sahem desordenadas e tumultuosas as impiedades demagogicas, as impertinencias de todas as aspirações, que procuram abandonar o estado de essencia para chegar ao de realidade concreta. A impeccabilidade d'estes pensadores não é ponto para nós bem averiguado.

Pois organisam um mundo psychologico, e fazem-no desaparecer, aniquilam-no diante do mundo da historia, continuando assim a entreter a antithese do facto e da sua condição determinadora, antinomia terrivel que tem lançado a desordem em todas as creações humanas, e tem

feito da sciencia um sonho vão, ridiculo, que os pallidos visionarios do ideal alimentam com as suas investigações phantasticas?! Aonde está a base dos systemas antinomicos, porque é necessario que exista para elles terem fundamento? Quem nos demonstrou já a impossibilidade de um principio categorico ter evoluções objectivas, completas e harmonicas? E, por tanto, quem nos poderá dizer que a egualdade social e politica, desenhada no fundo da nossa natureza, não pode tomar uma forma objectiva? O principio de Hegel «*tudo o que é racional é real*» não tem tanta falsidade, como alguns entendem. Representa a concepção mais elevada, e por isso mais sublime do espirito, qual é a da unidade absoluta dos movimentos do ser.

A egualdade social e politica é uma necessidade philosophica e ao mesmo tempo historica, como o foi a egualdade religiosa e a egualdade civil.

Gemeu-se debaixo da tutela da *casta* e da *classe*. A casta e a classe foram injustas: não realisaram a egualdade. No seu horisonte não clareou a aurora do direito.

Sanctas manhãs! apparecei e no vosso arrebol annunciaenos a chegada d'um outro dia mais formoso e esplendido, em que possamos elevar um canto de jubilo ao sol da egualdade.

A idéa de classe, ponto central, em volta do qual se move todo o mundo da historia, tem de desaparecer. Sobre as suas ruinas se elevará uma affirmação social mais completa e harmonica, chamada — *o povo*.

Para nós o povo é isto: negação de classe, de raça, de privilegio, de tradição historica; entidade complexa abrangendo todos os misteres, todas as profissões, todas as tendencias; unidade juridica, economica, religiosa, artistica, filha da multiplicidade de aspirações moraes e materiaes. Sobre esta base ampla é que a soberania popular pode assentar. Então será uma verdade o principio «a soberania está no povo», porque já nenhum elemento social está na impossibilidade de dizer a sua palavra.

Noção philosophica da liberdade e da soberania

Realidade do espirito.— Sentimento das escolas.— Processo a seguir na resolução do problema da soberania.— Deducção philosophica.— A liberdade.— Identidade da liberdade e da soberania.— Condemnação dos velhos systemas.

Quanto mais o homem se approxima de si, mais as difficuldades se multiplicam. Na sua natureza, como na dos outros seres, cada movimento é um hieroglypho, que necessita decifrar-se a fim de lhe conhecer o segredo.

Desde a hervinha que floresce nos campos até á scintillante estrella, que brilha no espaço, desde a creatura humana até ao principio genesiaco dos mundos, desde a cellula mais elementar até á fórma mais elevada da arte, desde a impressão mais simples até á concepção mais transcendente da sciencia, ha uma geometria immensa de problemas escriptos sobre a face muda dos continentes, nas revoluções geologicas e organicas do globo, nas construcções architectonicas do universo, nos movimentos da consciencia individual e social; verdadeiros enigmas que nos aterram, esphinges estupendos, que a cada passada do homem, no seu itinerario para o absoluto, lhe embaraçam a marcha.

E, todavia, medita^e e contempla^e, que alguma cousa encontrareis de inflexivel, no meio d'este oceano de contradicções, de duvidas, em que os vagalhões da discussão, encastellando-se, formaram como que outras tantas theo-

vimento dialectico d'esta idéa, para ver como d'ella se deriva a geração logica da soberania, é verdadeiramente o processo, que deve seguir a sciencia. Os que se afastaram d'este modo de resolver o problema philosophico da soberania sujeitaram-se a ver num momento destruidas todas as suas concepções. Não operando sobre uma idéa rigorosamente verdadeira, como poderiam elevar um edificio estavel e permanente? A idéa chimerica do direito divino, com que sempre especularam os partidarios da auctoridade, serviria de base a um systema politico de algum valor scientifico!? Para traz, phantasmas; que passa inflexivel a deosa da verdade, a qual não recua deante das vossas illusões.

O espirito é, no homem, a unidade superior que gera e produz tudo. Como essencia pura, determina-se na razão e na consciencia; como realidade objectiva, determina-se na historia, na religião, na arte, no direito, numa palavra, em todas as sciencias em que entram elementos de sensibilidade. Esta serie de determinações constituem a materia da realidade possivel e immediata, isto é, a totalidade, o conteúdo da sciencia universal do homem — a anthropologia.

Logo ha no espirito dois movimentos — um de concentração ou subjectivo, outro de expansão ou objectivo, pelos quaes a virtualidade primitiva abandona o seu estado virtual para entrar no real, que lhe dá a fórma, isto é, a idéa. E como a idéa de movimento implica consigo a idéa de força, segue-se que o espirito é uma actividade, a qual se traduz no movimento mesmo que elle toma, na sua marcha para a realidade.

É conceito metaphysico de que não pode haver actividade sem meio onde ella se exerça, conceito formulado d'um modo mais rigoroso e exacto naquelle axioma bem conhecido — não ha corpo sem espaço. A existencia do ser repugna sem esta condição de desenvolvimento, condição que deve estar em harmonia com a sua natureza,

a fim de ser um causa effectiva da geração dos phenomenos, que esse ser é chamado a produzir na vida universal.

Ora qual é esse meio, essa condição na vida do espirito, por que é necessario que ella exista? Antes de tudo deve notar-se que a existencia do espirito é destinada a cumprir principalmente o dever. Ora, nos seres de responsabilidade moral, o principio categorico do dever, cuja realisação constitue a dignidade humana, é a base da liberdade.

A excellencia do dever não está em si, mas no meio onde se realiza, que é a liberdade; e, porisso, os moralistas, exigindo sempre o requisito da boa intencionalidade, não fizeram mais do que affirmar esta mesma idéa, porque só se obra com boa intenção, quando se é livre, quando se é auctor de suas proprias determinações.

Esta liberdade deduzida da obrigação moral é o que ha no homem de mais sagrado. As sociedades antigas, demasiado artisticas e pouco propensas para as meditações philosophicas, não a comprehenderam, e, por isso, nunca realisaram o dever em nenhuma das suas manifestações: nem em politica, porque tinham o escravo, nem em economia, porque havia o proletario, nem em materia religiosa, porque foram intolerantes. Tinham, é verdade, a liberdade social, as que a tinham, mas sujeita a todos os calculos da politica, a todas as ambições da guerra, limitada aos estreitos horisontes da patria, da cidade, quando a sciencia a apresenta como individual, e portanto universal, independente das circumstancias e dos logares. A liberdade collectiva deve ser a photographia na sociedade das liberdades individuaes, e portanto requer-se que seja fiel para ser legitima e perfeita.

A relação entre a liberdade e a soberania é para nós uma perfeita relação de identidade; conhecida uma está conhecida a outra. Assim temos:

Liberdade individual — Soberania individual.

Liberdade collectiva — Soberania collectiva.

São fórmulas da mesma idéa. E confessamos que ficamos profundamente admirados ao ver que muitos pensadores illustres, muitos publicistas distinctos, não só não acharam harmonia entre estas duas manifestações, mas chegaram a fazel-as antagonicas, dando á liberdade um sentido racional e á soberania um outro completamente opposto. Tivemos, entretanto, o gosto de ver que um espirito forte, entre muitos outros, Kant, se afastou d'este modo de encarar as relações entre a liberdade e o que elle chama a *autonomia*, que é a soberania, como nós a comprehendemos ¹. Acha-as inseparaveis.

De certo que a sua separação é impossivel, apesar dos esforços das escolas auctoritarias, que sempre procuraram formular theorias, que declinem a responsabilidade que cabe áquelles para os quaes a arbitrariedade é a verdadeira formula da liberdade. O espirito pensa, porque pode pensar, porque tem liberdade e a liberdade de pensamento é a sua soberania na sciencia; o espirito crê, porque pode crêr e a liberdade de consciencia é a soberania do homem em materia religiosa; o espirito exerce-se pelo trabalho, e a liberdade economica é a soberania no dominio do util; o espirito exerce-se na vida civil e politica, e a liberdade civil e politica representa a soberania naquellas duas manifestações sociaes. De maneira que, se isto assim acontece em relação ás manifestações da liberdade, com quanto mais razão o não será na sua noção metaphysica, em que ella nos apparece desempenhando exactamente o mesmo papel que a soberania, isto é, servindo ambas de meios de desenvolvimento, e portanto fundindo-se numa unica entidade racional? Esta noção de soberania fundamentada na idéa do dever, affirmada em nome do facto mais capital da natureza humana, está superior ás concepções dos empiristas, que, pouco conhecedores do mundo psychologico, vio-

¹ Podem lêr-se a este respeito os *Fundamentos da Metaphysica dos Costumes*.

lentam a natureza, submettendo-a a factos extranhos, desconhecidos, que lhe são impostos como lei reguladora dos seus movimentos. A força, a ficção da benevolencia do principe, a lei ou o contracto, o direito divino, a necessidade, todos estes factos, no fundo dos quaes se não descobre nenhuma razão de ser, partilharam successivamente os destinos da sociedade, debaixo do nome de theocracia, oligarchia, monarchia, aristocracia e democracia.

A sciencia determinando a liberdade, como a idéa suprema que deve unificar e reger todos os phenomenos politicos, aniquilou aquelles systemas de soberania, aquellas formulas empiricas, debaixo de cuja tutela os povos gemeram por tanto tempo, e de que ainda hoje se não acham libertados totalmente.

II

A arte social

Necessidade do elemento formal.— Sua applicação á idéa soberana.
— Condições que deve ter para ser perfeita.— Aspirações modernas.— Obstaculos á realidade positiva da soberania.

Como necessaria é a luz, que dá vida aos seres, alegria á natureza, resplendor á criação, necessario é o movimento á idéa, movimento que é a vida do espirito, a variedade da consciencia, o caracteristico das nacionalidades, das raças, a historia emfim, porque a historia é uma continua encarnação de idéas, de movimentos espirituaes.

Tudo no mundo moral aspira a tomar uma fórma, a organizar-se num todo, a sahir do estado de essencia para entrar no da realidade, sem o qual a idéa se perderia nos espaços da alma, como o som da lyra nos espaços da natureza. O movimento e a condensação do espirito debaixo de mil fórmas diversas, todas egualmente legitimas, originam esta criação que nos apparece no mundo religioso, moral, metaphysico, social, artistico, criação permanente no seio da humanidade, porque a ancia de saber devora, afflige o espirito humano, impelle as gerações a serem pensadoras, e ao mesmo tempo a exaltarem e animarem os conceitos de sua razão, os dictames de sua consciencia, por codigos, religiões, theogonias, systemas philosophicos, mythologias, litteraturas, que são, como que outros tantos

raios d'este foco luminoso, que esclarece toda a historia, chamado civilisação.

A idéa social, a soberania, tambem necessita de uma fórma, que a determina no espaço, de um mundo em que se organise, no qual de typo invisivel se converta em visivel, real, porque só então produzirá toda a fecundidade, que encerra a sua energia e vitalidade. Para operar tudo isto, necessita a idéa social de se exteriorisar, de se manifestar pela *Arte Social*, que não é nada mais do que a fórma positiva, que deve revestir a soberania, incarnando-se na vida social collectiva, impressionando todos os actos, de maneira que ella seja traduzida perfeitamente e não uma mentira, uma especulação, um nome que sirva de mascara aos aventureiros politicos, os quaes procuram sophismar a idéa, dando-lhe uma apparencia de verdade, quando realmente só ha a falsificação, o lôgro que alimenta a ignorancia, a qual tira uma vingança atroz em dias terriveis, como são os de revolução.

É necessario que a *Arte Social* para ser verdadeira, para ter as condições que deve ter toda a fórma, dada a uma concepção do espirito, faça viver, respirar, se assim podemos dizer, a idéa soberana da liberdade, a fim de que todos a possam exercer e traduzir nos actos da vida publica; que não seja o privilegio de alguns, mas um direito de todos, direito que não é dado pela sociedade, porém filho da natureza do homem, no fundo da qual elle se acha gravado e se tem mantido através dos seculos, os quaes, apezar das suas injustiças, das suas iniquidades para com a razão e consciencia universal do genero humano, não o poderam aniquilar, porque aquillo que está em todos não é dado a alguns extinguil-o. Á idéa metaphysica na consciencia deve corresponder uma idéa hypothetica no espaço, que seja traducção legitima da primeira e como que a sua crystallisação, fixação. A harmonia, que é a lei suprema da sciencia, lei que uma escola illustre por todos os titulos evidencencia de dia para dia, impõe-se imperiosamente a todas as mani-

festações, exige sempre e por toda a parte uma unidade de applicação.

Fallam-nos todos os dias na impura realidade, e os que isto dizem são aquelles mesmos que a tornam impura com os seus sophismas e com a sua má fé, com a sua ignorancia e com os seus temores, pois que tudo isto existe no fundo de certos espiritos demasiado conservadores, para os quaes a applicação de uma idéa elevada, de um principio são, fecundo e justo é sempre um impossivel, e por isso preferem o empirismo que os rodeia e envolve. Grande desgraça, grandissima infelicidade é a d'aquelles que um dia se deixaram accommetter pela idéa de que o mundo não caminha á falta de estradas, e que, em vez de serem obreiros da civilisação, ficam estacionarios, atirando ás novas gerações, que vêm surgindo, com esta sentença desoladora: retende-vos, que não é permittido dar mais um passo.

Ora isto não pode ser. Toda a idéa é susceptivel de uma manifestação progressivamente mais perfeita, e muito especialmente a idéa social. Queremos pois que o homem gose de todas as liberdades, na esphera juridica, economica, religiosa, porque só assim a Arte Social será verdadeiramente fiel á idéa que ella deve traduzir.

Nossos passados foram injustos. Uma lamentação para elles. O sol da liberdade não clareou naquelles horisontes nublados. Foi necessario que as tempestades revolucionarias viessem agitar a atmospherá para ahí lançar a luz, que nos allumia. Como não conheceram na razão e na consciencia a soberania, a liberdade, não a realisaram também na vida social. Hoje conhecemol-a na consciencia; porque a não realisaremos na vida? Porque esperamos? Só a escola theologica o sabe.

As aspirações modernas, aspirações gigantescas que tendem a regenerar tudo no sentido da liberdade e da justiça, exigem que a uma noção philosophica da soberania corresponda um exercicio perfeito da mesma soberania. Os espiritos timidos, que só vêem no homem um ser depravado,

de instinctos falsos, excessivos, podem amedrontar-se, quando virem a liberdade navegando desimpedida neste oceano encapellado da politica; as almas verdadeiramente progressistas, que têm uma noção mais exacta de justiça, um criterio mais rigoroso, hão de saudar o dia da liberdade como o maior que tem visto o mundo, porque nesse dia o homem estará completo, realisarà a sua personalidade d'uma maneira consciente e propria.

Este desejo, esta aspiração da escola liberal é a traducção do dever mais sagrado, que está imposto a cada um na medida de suas forças. Todo o homem que entra neste mundo traz consigo a estricta obrigação de ajudar a esclarecer e elevar seus irmãos, obrigação imprescriptivel, que é uma deducção de sua propria natureza e ao mesmo tempo uma affirmacção do seu character social. No desinvolvimento progressivamente racional da liberdade é onde essa obrigação acha a sua realisacção mais cabal, porque assim como é impossivel ao astro gravitar sem ter orbita onde gire, ao animal desinvolver-se sem floresta onde se esconda, assim tambem é impossivel ao homem a vida do corpo e da intelligencia, sem um espaço, ou um meio para os movimentos de um e d'outro; e este meio, que abrange todas as esferas da actividade, é a liberdade. A saudade pelos heroes e martyres que em dias de tristeza pugnaram pela individualidade humana não provêm tanto de serem martyres, como de terem cumprido um dever social. Por isso continuamos apresentando este dever como o mais imperioso de todos os que estão gravados nesta natureza, que anima o homem desde a origem do mundo.

Certos espiritos pessimistas, apoiados não sabemos em que criterios, acham em tudo os germens de corrupção, de peccabilidade, de utopia, sem se lembrarem de que na vida universal tudo tem o seu fim e por consequencia tudo é susceptivel de realisacção, embora com um character negativo. Para esses a soberania, como a demonstra a sciencia, não seria uma idéa realisavel, porque os elementos vitaes

das sociedades politicas não comportariam aquella perfeição, e o homem estaria perpetuamente condemnado á tutela do Estado, aos caprichos d'uma lei, que elle não conheceria e a que todavia tinha de obedecer submisso.

Bem os conhecemos. São estes os que durante tanto tempo conservaram os povos, em nome do bem publico, do interesse bem entendido, da paz das almas, encadeados aos seus desejos, á sua politica machiavelica, e que ainda hoje se apresentam com a mesma linguagem e argumentos, confiados no espirito singelo das massas, para que sempre se recorreu.

Existem, sim, difficuldades na realisação da soberania, mas não filhas da idéa como se quiz suppôr. Existem difficuldades, porque ainda, para vergonha, muitos não conhecem os seus direitos; porque ainda ha muita gente que especula com o povo prégando-lhe o culto dos velhos idolos, dos velhos erros, dos velhos prejuizos, dos velhos equivocos na vida religiosa, politica, philosophica; porque ainda a liberdade não é proclamada na economia geral do mundo social como um poder soberano, mas antes como uma emanação exclusiva e immediata, como uma concessão precaria do poder ecclesiastico e do poder politico; finalmente, porque ainda muitos desconhecem aquelle axioma lançado da tribuna da Constituinte pelo grande Mirabeau «são os *principios* que salvam os povos e os *erros* que os destroem», axioma que encerra uma civilisação grandiosa, qual é aquella em que o empirismo deixar de ser a norma dos legisladores.

É por todos estes motivos e por muitos mais, que todos conhecem, que a realisação social da liberdade ainda offerece tantas difficuldades. Mas nem por isso devemos concluir d'aqui para a sua negação total ou mesmo parcial. Quando se não descobre bem a solução d'um problema não ha direito, por esse facto, para rejeitar o problema mesmo. É mais prudente, mais digno acceital-o com as suas difficuldades, estudal-o debaixo de novos aspectos, entrar com outros dados mais seguros, remover os obstaculos,

fazer outras comparações; finalmente ser justo nas deducções e inducções. Assim comprehendemos nós a dúvida e o desespero scientifico.

Ainda a soberania, como a determina a sciencia, não foi realisada. Pois bem, não desanimemos. Vejamos o que se tem feito para a sua execução e o que se deveria fazer; o que diz a historia e o que dizem os verdadeiros principios politicos.

III

Como passar da liberdade racional para a Arte Social?

Faces da idéa da soberania.— Suas relações.— O que dizem as constituições antigas.— Vícios d'essas constituições.— A escravidão — A omnipotencia do estado.— Antagonismo dos antigos principios e da moderna philosophia politica.— A representação na historia.— Necessita uma nova organização.

Toda a idéa tem dois momentos — um de elaboração ideal, outro de realisação practica, e estes dois momentos apparecem-nos como uma necessidade logica do espirito, que está sujeito á lei da responsabilidade e á lei da finalidade, em virtude das quaes o homem pensa, e applica os productos intellectuaes aos varios fins da natureza. Tambem a idéa da soberania tem duas faces, que, com quanto não sejam oppostas, são todavia muito distinctas, a theoria e a practica, a these e a hypothese. As affirmações scientificas determinam o campo ideal, o principio capital, a lei de nossa natureza social, que é o cimento, a base de toda a politica; a Arte Social materializa essa idéa pelas instituições, approximando o mais possivel a realidade concreta da concepção philosophica. Será possivel formar uma equação d'estes dois termos?

Grave, gravissima questão é esta, que se tem a discutir mais ou menos no campo das hypotheses, que, pelo seu numero e variedade, desconcertam as theorias da sciencia. A politica não encerra, de certo, problema mais difficil, que este de pôr em acção as forças moraes da sociedade, problema sobre o qual a tempestade das revoluções ha pas-

sado, sem todavia conseguir arredar os enormissimos ob-
staculos que o envolvem; chegando a lançar na alma d'a-
quelle valente publicista, d'aquelle obreiro incansavel, d'a-
quelle apostolo do progresso, chamado Proudhon, uma es-
pecie de desespero, através o qual se desenha o desconso-
lador: *non possumus*.

As gerações, como outros tantos individuos destinados
a dizer a sua palavra, a realisar a sua idéa, a desempenhar
seu papel no drama inacabado da historia, que todos vamos
alargando e desinvolvendo, tem respondido variamente a
esta questão politica, variedade que é filha das circum-
stancias especiaes, das tendencias, aspirações e crenças em
que ellas se têm encontrado.

Muitos espiritos do nosso tempo, ou dominados d'uma
saudade pelas civilisações passadas, ou desejosos de bater
os regimens existentes, lançaram-se de olhos fechados nos
braços das antigas instituições. Logo veremos se andaram
bem. Por agora falemos do que se tem feito para o exer-
cicio da soberania, que alvitres se têm apresentado, e rea-
lisado na vida politica dos povos.

Duas idéas agitam a antiguidade; a idéa pantheistica,
unitaria do oriente, e a idéa polytheista, antropomorphica
do occidente. No oriente nem ha logar para se fallar em
idéas sociaes, porque ahi a sociedade é uma perfeita mu-
mia; o homem desaparece através o poder d'aquella na-
tureza gigante.

Nos povos classicos, e é este o nome dado por Hegel á
Grecia e Roma, a soberania exerce-se directamente. O
Forum e a Agora são os seus parlamentos; o povo, o grande
corpo legislativo. Este systema de exercer a soberania é
de apparencias lisongeiras, principalmente para os que se
filiam na grande escola democratica; e porisso ainda hoje
merece os elogios de pensadores distinctos¹. E, todavia,

¹ Haja vista, entre outros, a C. Bernal, espirito claro e profundo,
que na sua obra — *Theoria da Auctoridade* — deixa transluzir certo
entusiasmo pelas constituições gregas e romanas.

que injustiças ! Que miserias sociaes não iam no fundo d'aquellas organisações ! Que contradicções ! Que ataques á dignidade humana !

Naquellas atmospheras politicas, em que o homem deixava de ser homem para se tornar cidadão, em que, ás grandes leis da consciencia individual, se antepunha o direito social com as suas iniquidades com as suas idéas negativas de privilegio e de familia, sobre cujos hombros repousava a sociedade antiga, nunca o sol luziu para uma classe de pequeninos, que passaram neste mundo, sem que a historia guardasse da sua memoria além do nome, e estes desgraçados, chamados escravos, foram os que mais trabalharam, e para elles não ha patria, familia, humanidade; não ha uma lagrima de consolo, uma maldição para tantos crimes, uma justiça para tão grandes attentados. Sim, foi o escravo mais desgraçado, que existiu o escravo na India, o paria, o maldito dos deoses, que fendeu o granito e desbastou a rocha para abrir no seio dos montes essas salas gigantescas, esses pagodes estu- pendos, que ainda hoje nos encham de admiração e que são a primeira manifestação da arte; foi o escravo na Persia, que elevou ao céo as grandes torres de Palmyra, cujas ruinas tão eloquentes paginas inspiraram a Volney; foi o escravo em Babylonia, que construiu os seus jardins suspensos, maravilhas do mundo antigo, os seus cães de cem portas de bronze, os seus altos muros, as suas praças numerosas, aonde a prostituição campeava desafortada, atrahindo para ahi as donzellas, compradas em todos os grandes mercados da Asia; foi o escravo no Egypto, que levantou ao ar essas massas enormes, chamadas pyramides, em cuja construcção se gastaram gerações inteiras, e em cujas pedras está escripto o testamento de milhares de victimas, que, naquella obra inconsciente e violenta, depozeram o que em si tinham de mais sagrado; foi o escravo na Grecia, que fez a agricultura, e, porisso, aquelle povo nunca foi agricola e nunca comprehendeu a excellencia do

trabalho; foi o escravo em Roma, que edificou aquelles grandes palacios, nos quaes se occultavam as orgias desenfreadas dos Cesares, aquelles amphitheatros, onde o homem luctava com o animal até ficar estendido na arena, aquelles porticos immensos que solemnizavam outros tantos triumphos, aquelles caminhos da Italia, por onde todos os povos e deoses da antiguidade, como outros tantos affluentes, vinham fundir-se no grande oceano da cidade eterna; foi o escravo na meia idade que ergueu os castellos e fortalezas, onde o rico se encerrou e se fez barão: tudo isto, todas estas obras que se acham como triste monumento, desde a India até á cathedral de Colonia foram filhas do trabalho do escravo. E é para este obreiro, que nos codigos politicos da antiguidade não ha uma pagina, uma letra só! É para este obreiro que foram creadas as maldições! Elle, que sempre reverenciou, soffre todos os insultos; elle, que sempre trabalhou, soffre todas as misérias; elle, que abriu a fonte, foi o que teve sêde, construiu a casa, e ficou á porta.

De maneira que, no fundo d'aquellas constituições, apparentemente tão democraticas, em que o homem exercia os direitos por si mesmo, existia este enormissimo erro, que é o maior ataque feito á dignidade humana. Não é só isto.

Que o rigor, a ingratição existissem para com este martyr, chamado escravo, não admira, pois que a sciencia, partindo de principios falsos, representada nas individualidades mais salientes do velho mundo hellenico, salientes pelo seu genio transcendental, pelas suas meditações, que abriram uma grande estrada para a marcha das gerações futuras, dava-lhe uma natureza inferior á dos outros homens. Por isso é justificavel que os legisladores, cedendo o passo á sciencia, consignassem em suas instituições os erros, os prejuizos, a podridão que eivava aquella. Se a sciencia affirmava que a mesma intelligencia os não illuminava, o mesmo sentimento lhes não enchia o coração, e a mesma deter-

minação lhes não excitava a vontade, como viria a legislação dizer o contrario?

Mas attentae um pouco, e vereis que a liberdade não existe, nem mesmo para aquelles para quem o direito foi creado, a responsabilidade originada, porque o escravo não a tem, nem a pode ter. As injustiças e os abusos ressaltam de todas as partes; tanto em materia politica, como religiosa e civil. O homem sente-se pequeno ao passar os umbraes d'aquelles edificios juridicos.

A liberdade civil, a liberdade politica e a liberdade religiosa estavam apertadas em taes laços, que pode bem dizer-se, que não existiram, no sentido rigoroso, scientifico, ligado hoje a estas palavras. Toda a liberdade grega era legal, porque o homem individual desapparecia através aquellas organizações centralisadoras, em que a idéa do Estado abafava as energias particulares.

O povo exercia, é verdade, a soberania directamente, sem mandato; mas para isso era necessario reduzir a população aos limites d'uma cidade, e, nessa cidade mesmo, fazer sahir para fóra do campo do direito uma classe numerosa, estabelecendo uma oligarchia, que é, em synthese, a fórmula geral das republicas antigas. Grande, grandissima idéa é esta de o homem exercer directamente os seus direitos, sem fios intermediarios que transmittam os telegrammas de suas vontades; mas quando isso é impossivel sem o sacrificio de alguns elementos sociaes, quando, em nome da patria, em nome da liberdade social, se faz violencia ás grandes leis da consciencia, que se chamam a justiça, a egualdade, a independencia, quando tantos crimes têm de se commetter á custa de uma idéa, rejeita-mol-a como incompativel com um estado de civilização, em que a individualidade humana é tida em alguma cousa. Quem acceitaria em nossos dias uma soberania artificial, pura criação da lei, filha mais ou menos das circumstancias? Quem não vê que o mundo social se ha de modelar pelo mundo moral do individuo, e não este por aquelle,

como se fazia na antiguidade? Quem ousaria lançar hoje a sociedade politica no molde pantheistico de Lycurgo, ou no de Solon?

Por isso, a resposta dada pelas sociedades grega e romana é questão do exercicio da soberania é inadmissivel; repugna com os principios professados pela moderna philosophia politica. Os que sustentaram que este exercicio só podia ser perfeito, sendo directo, não viram a impossibilidade moral e material d'essa idéa. Pediram ás republicas antigas uma solução, e estas só lhe responderam com os delirios da praça, com a negação do direito das gentes, da economia e desinvolvimento do trabalho, com o despotismo do dinheiro, porque o censo é uma idéa, que preoccupa os legisladores greco-romanos, e como que para resalvar tanto atrevimento politico, dizem-lhe aquellas palavras, que quadram bem ás suas opiniões — a soberania é exercida directamente por todos os que somos cidadãos, porque para os outros não ha nada neste mundo alem do soffrimento. Dado mesmo o caso que todas as liberdades tivessem sido realisadas na antiguidade; que a politica houvesse conseguido a harmonia do elemento formal com o ideal, ainda assim os partidarios do exercicio directo não poderiam chamar tal argumento historico em seu apoio, porque a analogia, que dá força a estes argumentos, não existe, attentas as condições especialissimas de territorio, de genio, civilisação, de relações, que lá se davam, e faltam aos povos de hoje, pela maior parte formados de elementos ethnologicos differentes, de tractos de grande extensão e população, de temperamentos diversos, etc.

A idéa de representação veio á historia fatalmente. Não foi uma combinação individual, uma revelação do genio politico de algum homem de Estado, mas sim a manifestação espontanea de uma necessidade imprescriptivel. Aonde teve origem? Que sociedade a viu nascer? Os historiadores não o sabem. Umas vezes lançam-se nas profundidades da historia, e chegam a introncar o movimento da idéa

representativa na vida moderna com o movimento bar-
 baro, que veio desfazer o cadaver podre do imperio; ou-
 tras vezes, horrorisados pela marcha confusa, desordenada
 e tumultuosa das instituições da idade media, passam por
 cima d'essa epocha anarchica e assentam no seculo XIII,
 no seculo da primeira renascença, no seculo ultimo do
 feudalismo, a primeira pedra para a construcção do edi-
 ficio historico da representação; finalmente, outros, espi-
 ritos desconfiados, e, por isso, pouco propensos a buscar
 a origem das cousas modernas em antiguidades remotas,
 vão ao seculo em que o progresso do systema representa-
 tivo na Inglaterra é saliente, ao seculo XVI. e nelle acham
 o ponto iniciador d'esta instituição, a que grandes destinos
 estão ligados. Achamos digno de louvor este trabalho dos
 historiadores, pela boa intenção com que se mergulharam
 em laboriosas e profundas investigações. Não nos parece,
 todavia, que fossem exactos nas reconstrucções historicas,
 relativas á origem, ao ponto de partida da idéa da repre-
 sentação. Não o podiam ser.

A representação não tem um momento dado em que
 appareça, uma sociedade determinada que primeiro a rea-
 lise. Como representando uma necessidade urgente da vida
 social, manifesta-se espontaneamente em todos os povos,
 por meios imperfeitos, rudimentares, que são sempre a
 forma de todas as instituições de sociedades atrazadas.

Porisso os debates ácerca de saber se este systema de
 exercer a soberania, o segundo desinvolido pela historia,
 é filho da constituição ingleza, ou uma consequencia do
 caracter germanico, não tem para nós importancia alguma.
 O que sabemos é que as *córtes* da Peninsula Hispanica,
 os *estados geraes* de França, os *parlamentos* de Inglaterra,
 as *assembléas* da Allemanha são, depois do exercicio di-
 recto de antiguidade, o outro meio de que os povos têm
 lançado mão para a realisação da soberania.

O exemplo da Grecia e Roma mostrou-nos que não é
 pelo facto de se exercer a soberania directamente que se

é mais ou menos livre. O trabalho de todo o homem, que quizer em nossos dias tomar sobre os hombros o pezado encargo de legislador politico, é organizar a representação fazendo d'ella uma verdade e não uma mentira, como estamos presencendo actualmente.

Acceitamos a representação, não como uma tradição historica desinvolvida pelos povos da Europa, mas como uma necessidade de organização politica. Apparece-nos como o unico meio, até hoje ideado, para a realisação social da soberania. Os pensadores, por um lado, as revoluções, pelo outro, affirmando os direitos do individuo e os meios practicos de os exercer, ainda não apresentaram outro alvitre, outra forma, que mais satisfaça ás exigencias do progresso. Parta-se do principio de que fallamos da representação bem entendida e organizada.

Como julgamos dever intender-se e organizar-se a representação para ser um principio formal verdadeiro, para converter a liberdade philosophica e a Arte Social em uma equação, é o que vamos fazer despreoccupados, com o coração limpo de erros e prejuizos, com o espirito sereno e com a vontade firme de acertarmos ¹.

¹ Tinhamos um projecto de reforma eleitoral, que deveria naturalmente acompanhar as considerações, que vamos adiante fazer sobre a representação. Surprehendeu-nos no meio do trabalho o excellente parecer dos nossos illustrados condiscipulos sobre a «Justiça nas Eleições» em que se expendem idéas acceitaveis, posto que haja pontos em que não concordamos. Julgamos, entretanto, dever suspender esta parte. Mais tarde será apresentado o que pensamos a tal respeito.

IV

A Representação

Como deve ser entendida.— Importancia da sua organização.— Deve ser justa.— Suffragio universal.— Suas vantagens.— Deve ser livre e completa.— As candidaturas officiaes e as minorias.— Deve ser fiel.— Mandatos.— Critica.— Costumes.— Renovação frequente da representação.— O que dizem as constituições.— Critica.

O Estado real, positivo, em sua totalidade, é um systema de funcções harmonicas, conspirando para o mesmo fim.

Estas funcções são o desinvolvimento objectivo de um factó anterior e ideal, que lhe serve de regra e de base. Este factó é a soberania.

Como a representação, traducção formal d'este factó ideal, deixaria de comprehender tambem todas as funcções? Como quebrar a relação cathogorica de causalidade e dependencia, ou, em termos mais claros, da causa e do effeito? A cousa é bem clara, e, todavia, lê-se, e não é raro ouvir-se, que a representação abrange somente a funcção legislativa. Kant mesmo chega a localisar a soberania nesta funcção, fazendo das outras, entidades juridicas de um character differente.¹ Não desinvolveremos agora aqui o motivo especialissimo, que havia no systema geral de Kant para elle ser levado a esta conclusão. Só diremos que a sua doutrina é inadmissivel.

¹ Kant — La doctrine du droit, § LXV — Wilm — Histoire de la Philosophie Allemande, tome premier.

A representação tem para nós um character mais geral é o complexo de todas as funcções, de todos os poderes, cuja combinação produz a existencia do ser social. Por isso abrange, como diz Proudhon, a confecção, a execução, a interpretação e applicação da lei.¹ Os que sustentam o contrario são aquelles que fazem uma idéa incompleta da soberania, os que desconhecem que os phenomenos da vida politica não são mais do que o desinvolvimento de uma unidade anterior, que rege e domina tudo. E esta falsa noção de representação, que seguem muitos pensadores, introduziu-se, e como que se identificou com as constituições modernas. Aproveitemo-nos dos erros extranhos. Apoie-mo-nos nesta formula.

A representação é o complexo das funcções da soberania.

Qual deve ser a sua organização para satisfazer ao seu fim, isto é, para fazer com que a soberania e a Arte Social se convertam em termos de uma equação, ou ao menos se approximem d'esse estado? É o ponto capital, que temos a desinvolver e que tem a desinvolver tambem as sociedades da actualidade, se quizerem conseguir a regeneração politica. A questão é mais momentosa do que á primeira vista parece.

Quando vemos, por um lado, a philosophia da miseria dizendo — matae o pauperismo, elevae o individuo, restitui ao homem a sua dignidade; quando vemos, por outro, á philosophia da historia, a philosophia das religiões, a alta critica, apresentando-nos o sudario do passado, as injustiças de nossos irmãos; quando vemos a philosophia do direito, proclamando a egualdade do homem no mundo social; quando pressentimos, finalmente, os occultos movimentos, que se notam nas sociedades modernas, é necessario que nos lembremos de que tudo isto se dirige á lei, á sua execução, e por consequencia á representação encarregada de a fazer e executar.

¹ Proudhon — *Theorie du Mouvement Constitutionnel au XIX siecle.*

Não tractaremos dos meios practicos de aperfeiçoar a representação, porque o tempo n'ol-o não permite. Apresentaremos as bases theoreticas, que devem servir de molde ás reformas a fazer neste ponto.

Todas as instituições para serem fecundas, para satisfazerem ás exigencias da verdade, para se converterem em uma causa incessante de moralidade, devem apoiar-se sobre a *justiça*, que é o principio vital das sociedades, a idea mais pura e perfeita a que pode chegar a sciencia em suas elaborações através o mundo do espirito.

A maior ou menor virtude de um acto está na maior ou menor justiça, que elle traduz. Quando um povo apagar em sua alma a luz da justiça, podeis annunciar-lhe que o seu ultimo dia está proximo.

É necessario, pois, que tambem a representação nacional se inspire nesta idéa superior de justiça, porque só assim se poderá tornar um principio estavel de sociabilidade. E quando fallamos na justiça em materia de representação queremos significar que esta deve comprehender e traduzir todas as tendencias, todas as aspirações, todos os interesses e forças economicas, que constituem a grande lei da solidariedade social. O direito, pelo seu character absoluto e infinito, porisso que existe em um, como em todos, exige a neutralisação, e identificação dos interesses individuaes com os interesses collectivos, neutralisação que só pode ser operada por regimens juridicos e economicos, em que os movimentos organicos e moraes do ser social sejam inteiramente livres. Ora como esses interesses se manifestam por outros tantos orgãos, chamados individuos, necessario é que a representação emane de todos.

O suffragio universal deriva da idéa mesma de representação. Kant demonstrou-o de um modo rigoroso, determinando os attributos juridicos, que tem os cidadãos de um Estado:— *liberdade legal, liberdade civil, e independencia civil*. Theoricamente o direito eleitoral funde-se no direito de liberdade, de que aquelle é uma applicação

particular ; e como manifestação de um facto de natureza, é universal.

Espiritos, porém, ha, que descrentes da abnegação do homem, do amor e dedicationo pela patria, do enthusiasmo, da honra nacional, do progresso social, dos generosos sentimentos, das idéas verdadeiramente moraes, proclamam a impossibilidade de exercer praticamente o suffragio universal, sonho, dizem elles, de alguns ideologos, que um dia tiveram o louco pensamento de regenerar o mundo segundo certas leis abstractas, que conceberam e apresentaram como sendo o molde de toda a realidade.

Pertencemos a essa classe de homens, chamados ideologos, visionarios, se quizerem. Os epithetos não nos assustam. Já que em these se não discute a verdade do suffragio universal, acompanhemos os seus adversarios na perigrinação pelos campos da pratica e ahi mesmo encontraremos as virtudes d'este orgão da vida de um povo.

Ha duas idéas, que isoladamente consideradas se repellem mutuamente — a hierarchia e a egualdade. A hierarchia é o privilegio ; a egualdade é a lei ; a hierarchia é uma excepção ; a egualdade é o direito ; a hierarchia é artificial, historica, filha de circumstancias variadas ; a egualdade é racional, filha da natureza ; a hierarchia é a affirmação de casta, de classe, de familia, de dynastia ; a egualdade é a negação de tudo isso e a affirmação da dignidade humana. Vem o suffragio universal, e o suffragio universal cria um certo numero de orgãos legaes, em que a idéa de egualdade, nem directa, nem indirectamente é offendida ; pelo contrario se fortifica. Assim temos feito desaparecer este antagonismo entre o elemento artificial e o elemento racional, entre a hierarchia e a egualdade, entre auctoridade e o cidadão, antagonismo que tem feito viver os governos e os povos em situações estranhas, hostis mesmo, em relações d'oposição constante, em situações divergentes, falsas, equivocas e analogas por assim dizer,

ás que se dão entre um devedor insolvente, de má fé, e um credor benevolo, e complacente.

A lei, na sua alta e sublime abstracção, na salutar e fecunda impersonalidade que lhe imprimio a Revolução Franceza, foi desconhecida dos homens para os quaes o direito divino era o *non plus ultra* da sciencia politica.

Quando sómente alguns elementos sociaes estavam no direito de dizer a sua palavra; quando sobre o horisonte politico ainda não tinha raiado o sol do direito para uma classe, a representação era deficientissima, porque traduzia só a vontade d'esses elementos e regulava os seus interesses particulares, resultando o haver leis religiosas, feodaes, monarchicas, dynasticas, mas não leis nacionaes, geraes, despidas do character de personalidade. Sómente o suffragio universal lh'o pode imprimir, porque o suffragio universal é a synthese de todas as vontades, de todos os interesses e por conseguinte a negação de todo o exclusivismo.

Como consequencia forçada do suffragio universal vem ainda a introduccão do espirito publico na representação nacional, que lhe dá um character de segurança e independencia, que não teria sendo constituida pela influencia de certas classes sómente. O espirito publico é tudo; com elle está a força. E sómente a força? Kant vae mais longe e diz que com elle está a justiça, porque, como é d'elle que deve proceder todo o direito, elle não pode fazer por sua lei nenhuma especie de injustiça. É verdadeiro o principio de Kant, entendida a justiça no seu sentido objectivo.

Grandes erros têm vindo ao mundo em materia de suffragio. A antiguidade procura proporcionar os direitos politicos á fortuna dos cidadãos; as constituições de Solon e Servio Tullio movem-se em volta da idéa do censo. E ainda hoje, depois de tantas revoluções, depois que novos principios se inocularam na consciencia, a base do direito eleitoral moderno é a contribuição, continuando assim a fazer depender o exercicio do que o homem tem de mais

sagrado — a soberania, — de um facto puramente material, variavel, pela falsa consideração de que os direitos a exercer no estado devem naturalmente regular-se pelos sacrificios, que cada um faz. O voto fundado na riqueza, não só é um ataque aos direitos individuaes do cidadão, mas uma immoralidade, que tira a responsabilidade ao eleitor. Queremos o suffragio universal, baseado na natureza do individuo e da sociedade.

Não basta, porém, que votem todos os cidadãos; é necessario que uma liberdade completa os acompanhe neste acto, de certo, o mais importante da vida dos povos. O suffragio deve ser livre para a representação ser perfeita em sua origem, isto é, para traduzir a vontade geral.

E, todavia, que vemos e observamos? O Estado não tendo em nenhuma completa a espontaneidade, a individualidade, a legitimidade das aspirações pelas quaes se revela incessantemente a marcha ascendente e natural da humanidade; impondo-se á vontade collectiva pelas candidaturas officiaes, que são uma affronta ao principio da liberdade eleitoral.

Este facto depende de outro anachronico, absurdo, da centralisação, tanto politica, como administrativa, que ficou como um resto do velho poder auctoritario e se tem mantido através as phases porque ha passado a instituição politica do Estado. A liberdade humana protestou e protesta ainda, por revoluções continuas, contra esta violencia, e a historia dirá um dia quem tinha razão, se os propugnadores do direito individual, da acção livre dos cidadãos, ou os defensores da oppressão, do monopolio e da tutela do Estado, que para nós se deve reduzir ás simples proporções de uma gerencia da associação nacional, delegada pelas associações locais.

As candidaturas officiaes tiram a dignidade ao eleitor; a independencia ao poder central; viciam a representação. O candidato mesmo abdica da sua missão para se tornar um instrumento servil d'aquelle que lhe deu o diploma,

que o fez deputado. O movimento eleitoral, que deve ser imprimido por todas as forças vivas do paiz, requer a mais ampla liberdade.

Deficiente seria a representação nacional se uma classe de individuos, só pelo facto de ter aspirações diversas, deixasse de ser representada, tendo um orgão publico em que se individualissem aquellas aspirações. Queremos, portanto, que além de justa e de livre, a representação seja completa, isto é, que abranja todos elementos sociaes. Os meios praticos, que nós não temos a desinvolver aqui, já tem sido apresentadas, tanto lá fora, como em Portugal.

A questão da representação das minorias, não pode adiar-se por mais tempo, porque a representação nunca será uma instituição perfeita, sem que todos os partidos, todas as opiniões a componham. A influencia dos partidos na vida publica, bem organizada, é, em regra, benefica. Mas, quando algum d'esses partidos se acha subjugado pela força material do numero, e excluido da representação, é de temer os movimentos occultos, e violentos para abalar um certo estado de cousas e instituições, que lhe não facultam os meios legaes de expor e remediar as suas necessidades. Porisso é necessario, que a eleição seja organizada de modo a chamar á vida politica todas as idéas, que se revolvem no seio da associação.

A justiça, a liberdade, a totalidade, compoem a representação na sua origem. É necessario, porem, que as cousas estejam de maneira que toda a alteração futura, toda a corrupção e decomposição posteriores sejam impossiveis.

Como se obterá isso?

Em primeiro lugar deve a representação ficar sempre fiel. E por fidelidade, neste caso, intendemos a norma recta e harmonica com os interesses geraes, que o mandatario tem obrigação de seguir.

Os publicistas envolvem-se em grandes questões; agitam o mundo dos factos e das idéas, e, todavia, nunca conseguiram resolver o problema de fazer com que a representação, depois de racionalmente constituida, se conserve intacta de qualquer mancha. Aqui apparecem-nos os mandatos como outros tantos meios de resolução. O mandato imperativo, facultativo, consensual são as tres especies de relações entre o constituinte e o constituído, que tem até hoje merecido as atenções da sciencia do direito publico, e ainda ultimamente um celebre poeta¹, dirigindo-se a um povo experimentado pela prova mais terrivel que encerram os annos do mundo, optava pelo mandato consensual, como o mais proprio para traduzir as vontades dos cidadãos eleitores.

Para nós a questão dos mandatos não tem a importancia, que lhe deram os publicistas. Parece-nos que todos são bons e todos são máos, segundo a vida local está bem ou mal organizada; que tanto de uns como de outros se pode abusar, e que, portanto, não é neste ou n'aquelle, que a representação achará meio de se conservar fiel e incorruptivel.

O mandato imperativo offende a dignidade do mandatario, que deve buscar a norma de suas acções, nos interesses particulares combinados com os interesses geraes, procurando harmonisal-os de maneira que nem uns, nem outros sejam desprezados. Como se conseguiria esta harmonia, se o deputado, apertado pelo seu mandato, tivesse de ser intransigente? O mandato imperativo mataria todo o progresso, que, por ventura, pudesse partir dos representantes da nação; faria da assembléa nacional uma maquina destinada a reproduzir os artigos de um programma local, que muitas vezes iria de encontro ás mais santas medidas de interesse nacional, tiraria a responsabilidade

¹ Victor Hugo.

ao deputado, o que é um grande erro politico, porque debaixo da influencia da responsabilidade é que as grandes e as boas cousas se tem feito.

Tambem não aceitamos o mandato consensual. A representação não é um contracto em que as partes possam estipular o que intenderem, mas sim uma necessidade collectiva. Depois, por este mandato, cae-se directa ou indirectamente no imperativo pela força obrigatoria das convenções.

O mandato facultativo tem os convenientes e inconvenientes de tudo o que é facultativo. Favorece a liberdade a independencia, o talento dos mandatarios, quando n'elles se reúnem estas qualidades, e ao mesmo tempo favorece o vicio, a corrupção, a indifferença pelas cousas publicas. Se por um lado tem virtudes, pelo outro tem defeitos. E muitas vezes são estes que sobrepujam aquelles.

Não é por consequencia com os mandatos, de que tanto fallam os escriptores de direito publico, que a representação se conservará fiel á sua missão. É pela vigia da opinião publica, bem illustrada, e, sobretudo, bem moralisada porque a moralidade representa a forma mais elevada da educação; é pelo desinvolvimento do amor da patria, da justiça e da egualdade.

Os costumes, ou a moralidade real, como lhe chamava Hegel, são para nós a verdadeira garantia da incorruptibilidade da representação. Porque, aonde os costumes não forem penetrados pelo fogo do civismo e da liberdade, a decadencia será inevitavel; o abuso tornar-se-ha o estado normal das cousas.

Como consequencia d'isto, requiere-se que a representação se renove frequentemente, havendo eleições repetidas, como acontece nos Estados-Unidos da America. Nota Tocqueville ¹ que este systema tem o inconveniente de collocar os povos em um estado de grande excitação febril;

¹ Tocqueville — *La Democratie en Amérique*, t. 2.º, c. 5.º

porém o mesmo escriptor vae dizendo que o systema da eleição a longos prazos põe o Estado em risco. Entre a excitação e a ruina a escolha não é difficil.

A representação a curtos prazos tem a vantagem de desinvolver a actividade politica, habituando os cidadãos, por actos repetidos, a compenetrarem-se dos seus direitos e a tomar interesse pelo bem de todos. Entre nós a frequencia das eleições tem produzido a indifferença politica, a desconfiança do povo para com os homens publicos, por isso mesmo que essas eleições são outras tantas violações da lei, outros tantos symptomas da decadencia e desmoralisação da nossa sociedade governante. Não se pode pois argumentar com este facto, como não se pode argumentar com muitos outros abusos, que por ahi vemos e observamos. Assim organizada a representação talvez possa relacionar com alguma exactidão o elemento ideal da soberania com o elemento formal da Arte. Quando ella for justa, livre, completa, fiel e incorruptivel; quando o velho direito eleitoral, falto de universalidade, for substituido por uma nova formula juridica, mais virtuosa, mais racional, porque se deve basear na natureza individual e social; quando á ignorancia e á fé theocratica se oppozer a tradição democratica, despida de paixões; então poderemos dizer com alguma certeza que a soberania do povo não é uma mentira; que a sua face theorica, e a sua face applicada se podem até certo ponto considerar os termos de uma equação politica. E agora vamos chamar a juizo as constituições e perguntar-lhe como traduziram a soberania; que fizeram d'este deposito sagrado, que todo o homem traz comsigo, entrando no mundo social.

Tristes são as respostas.

O que primeiro nos impressiona sobre modo é a grande influencia que o elemento tradicional exerce ainda na vida politica dos povos. Filhas mais ou menos do movimento produzido pela Revolução Franceza, as constituições modernas pretenderam realizar a alliança dos principios affirma-

dos e baptisados por esta revolução com as antigas idéas da orthodoxia politica e da orthodoxia religiosa, alliança terrivel que deu em resultado que estas ultimas, pelo seu caracter dissolvente, alterassem profundamente aquelles.

O principio dynastico, por ellas admittido, tem viciado sensivelmente a representação. A existencia do veto oppondo-se á vontade collectiva da nação; a irresponsabilidade negando o caracteristico mais generico de toda a moralidade, tem collocado as duas entidades — povo e rei — em posições differentes e por isso tem impossibilitado a formação d'uma representação harmonica. As dissoluções dos corpos legislativos, que tão frequentes hão sido nos paizes constitucionaes da Europa, demonstram bem os effeitos do elemento dynastico, que é a base de quasi todas as constituições. Depois, a idéa do censo, a restricção á liberdade eleitoral, o privilegio de certas classes, a negação do suffragio universal, que são grandes erros philosophicos, são tambem grandes erros politicos, pois que tiram á representação aquelle caracteristico que lhe assignamos, isto é, a justiça.

A centralisação, que está legislada pela maior parte dos codigos politicos das nações modernas, continua ainda a antiga tutela do Estado, velho pater familias rebelde a todo o espirito da emancipação. O resultado em relação á representação é a imposição das candidaturas officiaes, a corrupção e immoralidade a que dão logar as auctoridades administrativas locaes, satellites do astro central, que o acompanham em todos os seus movimentos ascensionaes e em todos os seus occasos. Por consequencia parece-nos que as constituições são uma negação formal do segundo requisito d'uma boa representação — a liberdade eleitoral.

Tambem nellas não achamos meios de a tornar completa.

A tyrannia das maiorias é hoje principio corrente em politica, porque apenas ultimamente alguns espiritos se

viraram para a questão da representação das minorias, investigando uma combinação eleitoral em que todos os elementos sociaes sejam chamados a dizer seu pensamento.

A fidelidade e a incorruptibilidade, que deve ter a representação a fim de ser perfeita, não são faceis de obter pelas constituições da actualidade, em que a irresponsabilidade ministerial é proclamada; os prazos electoraes alongados; as dissoluções repetidas, e finalmente os costumes, influenciados pela immoralidade dos governos e das côrtes, mais ou menos depravados.

Ora dizei-nos como pode a organização da representação, lançada nestes moldes, satisfazer às exigencias da sciencia politica? Como podem as assembléas constitucionaes harmonisar o principio philosophico da soberania com a Arte Social? Até hoje a injustiça tem sido a base da representação, porque, graças á concepção estreita dos governos, a vida politica tem sido considerada como um privilegio, como um favor, incompativel com o principio da egualdade juridica.

Sobre estes erros e prejuizos de que os governos modernos não podem prescindir, é impossivel construir um edificio de representação, estavel, harmonico com a soberania.

Portanto o principio da soberania nacional é inconciliavel com o systema da representação adoptado nos estados da Europa e do Novo-Mundo. Aqui abrimos uma excepção para a Suissa e Estados Unidos, que, apesar dos erros que lhe envolvem as instituições, são os que mais se aproximam da verdade. E este facto leva-nos a saudar a grande idéa sobre que se agitam as sociedades modernas — a *Democracia*.

A idéa democratica

Genese scientifica da democracia. — Movimento progressivo d'esta idéa na historia. — Oriente. — Grecia. — Roma. — Escriptores ecclesiasticos. — As communas. — A Reforma. — Rousseau e a Revolução Franceza. — Affirmação do espirito moderno. — Objecções.

Todas as manifestações da vida nos seres de concepção material como nos de concepção moral, estão submettidas a uma lei de movimento, da qual recebem o seu valor scientifico. A existencia dos phenomenos é impossivel sem a existencia de principios geneticos, que lhe sirvam de base e harmonia.

Porisso, a phenomonalidade social é a determinação no espaço de realidades superiores, existentes no tempo. Como condições cathgoricas do desinvolvimento do ser individual e collectivo, essas realidades são dotadas de um caracter positivo e absoluto, pelo qual adquirem uma universalidade e rigor superior a todas as combinações dos systemas hypotheticos. Quando a consciencia humana protesta contra as grandes injurias sociaes, que são as injustiças, não faz mais do que affirmar a permanencia de semelhantes attributos ideaes.

E o que se dá no individuo dá-se tambem na sociedade. Esta entidade moral, chamada Humanidade, que mesquinhas concepções procuram depreciar na sua origem e desenvolvimento final, revela-se á sciencia como influenciada

pelas leis da consciencia, e obedecendo em seu desenvolvimento indefinido aos mesmos principios determinadores da actividade individual. Quaes elles são não o temos a determinar aqui; já ha muito a *speculativa* disse a sua palavra.

As conclusões a que chegou a sciencia são bem tristes para uma classe, que se julgava com direito, apoiada na historia, a dominar sobre o resto da humanidade. O dualismo, idéa terrivel que se acha estampada na carta da civilização como testemunho doloroso do que fazem os erros dos homens, foi sempre e por toda a parte o esteio a que se encostaram as classes, pretendidas d'um character superior ao dos outros elementos sociaes.

A sciencia e a historia, a construcção ideal e a construcção positiva, estão n'um estado de repulsão perpetua.

Assim a historia falla-vos do egoismo das classes, das castas, e da tyrannia dos grandes; a sciencia affirma-vos os dous principios da inviolabilidade e da liberdade humana.

A historia falla-vos dos privilegios em politica, do favoritismo, da falta de independencia, das restricções á liberdade civil e politica; a sciencia diz-vos, na sua linguagem sincera, grave e concisa, que a liberdade civil e politica são dogmas sociaes, que estão fóra já da discussão.

A historia encerra em seus annaes scenas de humilhação, de decadencias, feitas em nome do elemento theocratico-guerreiro, que fazem estremecer todo aquelle que tiver em sua alma algum sentimento de honra; a sciencia préga a dignidade humana, como um dos meios mais efficazes para o individuo se compenetrar dos seus direitos e obrigações.

Pedi á historia as suas formulas juridicas e a historia responder-vos-ha apontando para o céu e trazendo de lá o direito divino; a sciencia vem, arruina com o seu camar-tello inflexivel o velho edificio e sobre suas ruinas edifica outro — o do direito natural.

Perguntae á historia qual foi a sua regra de justiça e liberdade, que ella corará de vergonha e encher-se-ha de arrependimento pelos grandes crimes de lesa humanidade, com que a mancharam tantos autocratas, desde as figuras terrivelmente despoticas dos velhos paizes do Oriente até aos modernissimos *protectores* da familia humana; a sciencia acceita esse legado barbaro para o refazer, assentando em bases seguras os dous grandes principios da liberdade e da justiça.

De maneira que a justiça, a liberdade, a solidariedade, a inviolabilidade humana, todas estas grandes leis da consciencia, affirmações da critica philosophica mais segura e exacta, são as unicas bases sobre que se pode organizar um systema social. As idéas politicas necessitam para molde aquellas idéas philosophicas, porque só então a estabilidade se tornará um estado normal da vida dos estados, como o notou Proudhon.

Nesta transição das leis da consciencia para as leis das constituições, do direito ideal para o direito positivo, apparece radiante a democracia, tomando conta d'aquellas idéas, realizando-as o mais possivel, acabando com praticas ridiculas, com systemas politicos em que a desigualdade começa pelo primeiro magistrado, a quem tiram a dignidade á força de o cercarem de garantias; systemas condemnados no dominio do util pelas sciencias economico-financeiras, no campo da responsabilidade e da egualdade pela moral e pelo direito, no campo da historia pelos tristes monumentos que elles deixaram na sua passagem.

A sciencia, determinando as bases que devem servir de typos á organização social dos povos, affirmou implicitamente, porque um certo conceito anda invencivelmente ligado a uma certa forma, a idéa democratica, que na sua maior simplicidade não deve ser mais do que a traducção do conceito philosophico da liberdade e da justiça.

Pois que! o dia em que a sciencia descobriu o principio do util, base da philosophia industrial, não ficou o traba-

lho, pelo qual o util se realiza, bem determinado em suas leis! O dia em que se chegou á noção idealista do dever, em que se determinou a sua realidade no mundo metaphysico, não se affirmou tambem a sua noção formal, a regra das acções?

Assim tambem na democracia. Foi uma genese scientifica, uma affirmação d'aquelles, que descobriram os attributos do ser social e os formularam em corpo scientifico. O dia em que clareou no horisonte do espirito, devia clarear tambem no horisonte social. As formulas democraticas, as unicas racionaes e justas, porque só ellas tem sua razão de ser na consciencia, sua base na liberdade, e seu criterio na justiça, essas formulas profundamente sociaes, essencialmente juridicas, e necessariamente economicas foram uma geração da sciencia, tiveram uma elaboração critica em que se gastaram milhares de annos, não foram filhas de factos empiricos, como as outras nos apparecem no curso das edades.

A historia com toda a sua inflexibilidade, com toda a sua serenidade, com aquella gravidade, que lhe dá a existencia de tantos povos, de tantas civilisações, é a testemunha d'essa elaboração progressiva da idéa democratica. As affirmações de nossos dias, em materia religiosa, philosophica, social, são um parto doloroso das edades, uma harmonia, para que cada seculo trouxe a sua nota, uma resultante, que as gerações originaram com as suas variadas forças, characteristics, feições de suas civilisações.

Na reconstrução das aspirações religiosas da humanidade, quem não vê que a crença actual, a moderna fé, o moderno culto, o fomento das almas contemporaneas é a synthese de toda a vida religiosa, de todas as tradições experimentaes e racionaes do antigo direito sacerdotal, do antigo culto, da antiga religião? No delirio das opiniões, que formam os modernos systemas philosophicos, quem ousaria desconhecer a tradição de todas as escholas, desde os systemas fervorosos, sentimentaes e ardentes dos phi-

losophos sagrados da India? Todas as idéas tem um momento preciso em que apparecem, e chegado esse momento, essa hora, não cessam mais de estar em evolução no seio das gerações, adquirindo em cada movimento nova energia e vitalidade. Tambem a idéa democratica tem o seu momento preciso em que apparece, e desde então não cessa de crescer em vitalidade, desembaraçandô-se successivamente dos vicios que a envolvem, das mentiras que a deturpam; fortificando-se nos principios abstractos, invençiveis da natureza do homem; fazendo sahir da usurpação da soberania, por um individuo ou uma classe, o milagre da liberdade; surprehendendo a servidão em seus momentos mais violentos e collocando-se em luta aberta contra ella.

No Oriente, n'essa terra do symbolismo, como lhe chamava Hegel, a natureza era tão forte, que o homem ficou esmagado debaixo d'aquella mão commum, da Cybelle immensa, perdendo a consciencia da sua individualidade diante do seu infinito, que enche tudo, regula tudo, confundindo-se as instituições religiosas e politicas, o sacerdote e o legislador. Desde o Codigo de Manou, que sancionou as desigualdades da raça ariana, a familia, as castas, até aos versiculos flammejantes do Korão, o despotismo religioso impõe-se a todos os actos da vida civil e politica, dando ás suas prescripções um character divino, apontando sempre para os terrores do outro mundo.

O Oriente foi theocratico e guerreiro. Como seria possivel a democracia, que é o movimento por excellencia, n'aquelles paizes em que Brahma permanecia continuamente na immobildade do lotus?

Em face de Alexandria, espelha-se na superficie azul do mar Egeo a nympha grega, acompanhada pelas filhas do mar, que lhe trazem os perfumes orientaes, transmitindo os seus á peninsula italica. Os archipelagos das Cycladas e das Jonias são as duas guardas avançadas que mostram ao viajante da historia que se está proximo do mundo

homerico. Retede-vos profanos! não passeis os limiares do templo da belleza; o vento sopra da Attica. A distribuição regulada das montanhas, determinando equal numero de republicas, a serenidade das correntes, deslizando por entre os ramos de lindissimos vegetaes, confidentes dos meigos amores dos deoses, a belleza dos campos, dos bosques, dos lagos, das fontes, toda esta geographia poetica, todo este lyrismo da criação natural, nos diz antecipadamente que nos achamos na habitação de artistas.

A morada revela o habitante, a palavra traduz a idéa. Nada de mais proprio para conhecer o genio artistico de um povo que observar o bello na natureza, que o cerca, que o alimenta, que lhe fornece todas as sensações, e que lhe mede todos os augmentos de força physica, aperfeiçoando ao mesmo tempo os sentimentos da vida moral.

Na Grecia, nessa immensa paizagem destinada a conter o mais nobre arbusto da floresta do genero humano, tudo é finito e bem determinado. Como as formas sociaes seriam vagas, confusas, mysteriosas e ao mesmo tempo involvidas pelo espirito terrivel da divindade, que se acha no fundo de todos os codigos das nações orientaes? Como aquelle que arremetteu com a antiga concepção do infinito, procurando-o no homem, nas proporções, na harmonia dos seus movimentos organicos espirituaes, na flexibilidade da voz, na contextura da linguagem; que, em vez de pedir ao céu a faisca divina, que viesse aquecer a pobre argilla humana, elevou esta ao estado de divindade, e gerou o antropomorphismo, pelo qual os heroes tiveram a sua recompensa, e as acções o seu galardão; como aquelle povo que introduziu o divino na humanidade iria buscar uma base social ás vontades invisiveis, lançando-se nos braços da theocracia, que tão grandes attribuições trouxe aos povos? O caracteristico mais saliente da civilização grega está justamente em ter escapado a essa organização theocratica e ter realisado socialmente pela sua constituição politica o grande principio juridico de que o mundo social deve ser

obra do homem mesmo. O primeiro titulo pelo qual a democracia entrou no mundo foi este.

Era um titulo deficiente. Forneceu-lh'o a religião, porque foi a religião polytheista que veio prégar a humanisação de todos os elementos, de todas as manifestações.

Os philosophos, investigando a natureza do homem, guiados por um espiritalismo mais elevado, determinaram a base scientifica da democracia, base que é a primeira affirmação pela sciencia, affirmação imperfeita, tacanha, mas base de todas as affirmações futuras, e como tal de grande utilidade no ponto de vista do progresso democratico. Platão construiu scientificamente o mundo social; Aristoteles deu a theoria dos governos; um tem mais genio philosophico, o outro tem mais genio practico. Como imperfeita era na practica, imperfeita ficou tambem na sciencia a formula democratica.

Apoiava-se em uma noção falsa da natureza, reconhecendo no homem o attributo de cidadão e rejeitando todo o elemento individual; d'aqui a impossibilidade em que esteve a democracia grega de realizar a solidariedade e fraternidade humana, repellindo o estrangeiro. Sanccionou o despotismo da conquista, o privilegio das castas, a injustiça da escravatura; porisso a democracia grega não foi justa e livre, na exigencia que hoje ligamos a estas palavras. Este primeiro esboço democratico é o primeiro passo da idêa na historia.

O mundo grego cahiu, e sobre as suas ruinas, assim como sobre as ruinas de muitos outros povos, elevou-se aquelle grande colosso, aquelle leão, que devorou todas as nacionalidades, aquella aguia que levou nas suas azas os despojos de milhares de victimas, synthese de todo o movimento juridico, economico e religioso da antiguidade.

Na alma d'este povo essencialmente practico e organisador, essencialmente juridico e guerreiro, pouco propenso para a vida da imaginação e do sentimento, que cria as artes, as litteraturas, mas não funda imperios; tendo por

ideal a denominação, a unidade de todas as nações, submetidas a seus pés, atreladas a seu carro de triumpho, e tendo por norma a lei, que nenhum povo respeitou ainda tanto; nesta patria as instituições deviam ter um caracter real, positivo, harmonico com os sentimentos e as aspirações das almas, e não serem impregnadas de um espirito theocratico, divino, porque, se o elemento divino foi alguma coisa na legislação romana, não era porque realmente esse espirito theologico estivesse na consciencia, mas sim uma arma, de que o poder aristocratico lançou mão para conter as exigencias d'aquelles que representavam na sociedade romana a democracia, ameaçando do Aventino, a montanha das tempestades, como diz Emilio Castellar, a cidade que no futuro devia ser o grilhão, que tinha de prender todas as nações.

Na Grecia existia um puro combate; a cidade era incompleta. A democracia romana completa a cidade, faz apparecer a familia, reproduz o dualismo, que passa dos deoses para os homens, da metaphysica para o direito civil; assimila o mundo inteiro, adopta todos os povos, todas as crencas religiosas, philosophicas, e nisto está a virtude d'aquella grande republica, que esboçou, posto que realisonou perfeitamente aquelle principio, que, depois a acção combinada dos philosophos e da religião formularam, chamada fraternidade humana, e o escravo grego, o illota, não se julga com tão duro modo, porque se lhe concede uma natureza igual á do cidadão. De maneira que na evolução democratica a republica romana encerra elementos progressivos, que faltavam ás republicas gregas. Entretanto o tempo ainda estava nublado; ainda ao lado d'aquelles beneficios existiam grandissimos erros, grandissimos prejuizos, que os seculos seguintes foram destruindo, eliminando.

Assim, o que foi a liberdade individual em Roma? Nada. O que foi a egualdade dos homens deante da lei? O escravo que nos responda.

Ainda as afirmações da sciencia não haviam indicado as verdadeiras bases, sobre que o edificio democratico havia de assentar. Cicero tinha, é verdade, dicto a sua palavra, formulado as suas idéas. Mas o que é a republica de Cicero? Uma obra do tempo; a alliança de Platão e Aristoteles, do direito ideal do primeiro e do positivo do segundo, uma saudade perpetua do passado, a synthese de todas as virtudes e prejuizos da Grecia e Roma.

Appareceu o christianismo, prégando um outro ideal religioso, e o christianismo, emquanto foi pequeno, emquanto os seus apostolos gemiam á luz dos condelabros sagrados no fundo das catacumbas ou choravam as desgraças e tristezas da vida no meio dos desertos da Thebaida, o christianismo foi humilde, foi cheio de unccão religiosa; mas quando lhe veiu o dia da victoria, quando os trinta mil deoses de Varrão deixaram de governar espiritualmente o mundo, o christianismo chegou ao resultado a que haviam chegado as religiões da antiguidade, ao regulamento da vida civil e politica. Os sacerdotes com o seu espirito beatifico, com o mysticismo que lhes envolvia a alma retiraram-se á solidão, e a comunidade foi uma consequencia.

Veiu a sciencia theologica, abençoando este regimen, como o unico capaz de realisar neste mundo os dictames imprescriptiveis da religião d'aquelle, que veiu aperfeçoar e synthetisar todas as doutrinas da antiguidade.

Estas idéas communistas, affirmadas em nome da religião, por aquelles que se chamaram os sanctos padres, os representantes da consciencia religiosa neste mundo, serviram de amparo á idéa democratica, porque formulando as theses de toda a sciencia theologica, formulavam ao mesmo tempo theses de sciencia social, e, porisso, os escriptores ecclesiasticos dos primeiros tempos, cuja tradição foi esquecida nos seculos seguintes, que só a adoptaram o intolerantismo do catholicismo, devem hoje ser chamados a depôr a favor da democracia.

Mas, com quanto isso fosse assim, alguma coisa de im-

perfeita havia ainda nesta concepção democratica dos escriptores ecclesiasticos. O que era? O mysterioso.

Affirmava-se, é verdade, a egualdade humana, a fraternidade, e tudo isso se deve considerar um grande passo no caminho do progresso democratico, vista a ignorancia da antiguidade ácerca d'essas leis; mas tudo era dicto e affirmado em nome do outro mundo, dos terrores, dos martyrios do inferno e das alegrias do céo, quando nós, com toda a escola liberal, queremos isso, como uma deducção da natureza do homem, e não como consequencia de factos extranhos, obscuros, desconhecidos.

A evolução communal lançou ao mundo a idéa democratica mais pura e progressiva do que a haviam concebido os escriptores ecclesiasticos. As republicas italianas fizeram o mesmo, apesar da influencia aristocratica que as subjugou. Pelo movimento communal o homem chegou á posse de si, que tantos seculos lhe haviam arrebatado, para o lançar nas mãos do barão, do cavalleiro, e realisou pela primeira vez o seu destino em nome da sua natureza de homem, chegando á egualdade por esse facto, e não pela simples disposição da lei, como se fez na antiguidade, nem pelos terrores do outro mundo, como annunciavam os doutores ecclesiasticos.

Ao lado, porém, d'esta evolução democratica divisamos uma outra, na qual se desenha a morte da vida communal. É o movimento foraleiro, movimento em que a legislação ficou sendo privilegio das antigas classes aristocraticas e reaes, privilegio que o povo não conseguiu extinguir, e que teria sido a morte de todos os elementos de corrupção, de reacção.

A individualidade juridica da communa não se completou, porque lhe faltou o poder legislativo. Como recebeu de fóra a regra das acções, esse poder extranho empolgou essa individualidade, e o mundo viu-se de joelhos aos pés do poder real.

Foi violento esse poder; grande crração obscureceu o

horisonte do direito, signal evidente de que grande seria tambem a força da tempestade, e grandissima a descarga. O primeiro raio cahiu no Norte. Foi vibrado por um frade, pelo magro Martinho Lutero. Os que isto viram ficaram assombrados. E todavia não passava de um signal.

Ao appello religioso, respondeu o movimento social dos Anabapattistas, a Lutero Munzer e Leide.

Estas explosões contaminaram tudo no seculo XVI.

Foi neste grande seculo, que é a synthese da reforma religiosa e litteraria, o foco onde se reúnem aquellas duas luzes do mundo occidental — a Renascença e a Reforma foi nesse grande seculo, nessa madrugada do mundo moderno, que se começaram a discutir philosophicamente os direitos dos governantes e dos governados.

Foi então pela primeira vez que, em resposta ás pretensões theoreticamente absolutistas de certos soberanos, como Carlos V e Rodolpho II, em Allemanha, os Stuarts, na Inglaterra, se formulou theoreticamente tambem a doutrina diametralmente opposta da soberania do povo. Quem ha ahí que não conheça esses illustres escriptores da Reforma, esses obreiros desesperados da causa do povo, que é a causa de todos? Luctastes por uma idéa, e a historia faz-vos a honra de vos chamar *justos*, porque a justiça foi a vossa divisa. Quem ereis? Pouco é saber o vosso nome; é muito conhecer as vossas doutrinas. Chamaram-se Milton, Theodoro de Beze, Jurieu.

Quem tinha jámais fallado em soberania do povo? Quem conhecia o sentido d'estes vocabulos? A resposta é bem triste, mas todavia é uma verdade. Foi necessario que viessem homens prégar essa crença social fóra do catholicismo. A democracia affirmou-se nestes escriptores de um modo rigoroso. Pela primeira vez appareceu a idéa philosophica da solidariedade social, que o passado não haviam conhecido. Foi esta idéa que caracterizou este progresso democratico.

Chegaram os philosophos do seculo XVIII, e quando lhe

coube a vez de falar, não houve edificio intellectual que não baqueasse. Rousseau fez-se o interprete das doutrinas dos escriptores da Reforma. Aperfeiçoou-as, encadeou toda a politica em um pequeno quadro theorico, e d'este quadro sahio um pequeno livro, o *Contracto Social*, verdadeira geometria social, evangelho democratico, onde o povo pode ler os versiculos dos seus direitos.

No *Contracto Social* ha uma idéa fundamental, que é arrancar o povo ás antigas organizações politicas, quer theocraticas, quer monarchicas, lançando-o na democracia. A democracia, baseada na natureza igual e social do homem, toma em Rousseau uma consistencia verdadeira. Tem só um defeito — a unidade.

Veiu a revolução franceza, e applicou a idéa democratica, tal como a tinha formulado Rousseau. A republica *una e indivisivel* dos jacobinos é a execução mathematica do *Contracto Social*. Tem, portanto, as mesmas virtudes e defeitos.

A democracia, filtrando-se através as edades, foi-se apurando, desenvolvendo e alargando até chegar ao estado actual, i. é, á concepção de si pelo ser social, independente de todo o dogma religioso e politico. A hypothese de Vico para a explicação da historia universal seria impossivel deante do movimento progressivo da idéa democratica.

Sim, os espiritos de nossas dias, continuando a tradição dos philosophos e dos economistas do seculo XVIII, que agitaram todo o mundo dos factos e das idéas, compenetraram-se cada vez mais da necessidade de crear um novo ser social, que assente sobre as eternas leis da liberdade e da justiça. E esta elaboração de um novo mundo social e politico, segundo aquellas leis, que são verdadeiramente o objectivo da idade moderna, vai-se operando no campo dos principios racionais, fóra de todas as influencias religiosas, aristocraticas e reaes.

A democracia é uma affirmação pura, clara do espirito moderno, e é isto que lhe dá a sua vitalidade e energia.

Os partidos oppostos, porisso mesmo que lhes falta a legitimidade scientifica, já não occultam seus receios, e aproveitando-se d'esta desordem intellectual de nossas idéas, procuram fortificar-se, cercando-se de exercitos de erros e mentiras, de ficções e argumentos, que evocam do fundo da historia para os vir defender dos ataques, que lhe vae dirigindo a grande potencia democratica, a unica racional e justa, e como tal a unica, que a nosso ver, tem direito a occupar os altares, tanto tempo cheios de velhos idolos, que só serviram para opprimir a pobre humanidade.

O caracteristico da democracia actual é ser sobre tudo scientifica. A verdade democratica não necessita olhar para o passado, para se justificar; a sua força está naquillo que é sempre presente, que existe em todos os logares, em todos os tempos, naquillo que justifica todos os actos do homem, que dá a razão da historia e que se chama o espirito. É uma base bem solida esta da democracia, que, graças ás affirmações do espirito moderno, é um dogma aos olhos dos que têm em sua alma o amor da humanidade, a consciencia do direito; que sentem a necessidade, cada vez mais urgente de regenerar o mundo pela sciencia e não pelos erros e mentiras, com que os adoradores do objectivo, desde as manifestações religiosas da luz, que se elevava majestosamente sobre os horisontes da Alta Asia até aos modernos ultramontanos, que procuram lançar o mundo social no velho molde theocratico; nem com os erros dos que julgam melhorar a sorte humana, encostando-se ás formulas do passado; elevando á categoria da instituição a exploração d'uma casta pela outra, qualquer que ella seja, quando é certo que só o moderno passamento social, que construiu o mundo economico, segundo as leis eternas do trabalho e da justiça, pode regenerar a condição material do homem, assim como a democracia a condição politica.

É uma base bem solida, e, entretanto não faltam as desconfianças, os receios. Todo o homem que não obra desempedido, despreoccupado não pode acertar nunca com

toda a verdade. A idéa democratica é uma verdade; a idéa democratica é um bem, mas para se apanhar esta verdade e este bem necessita-se entrar livre de qualquer jugo material ou moral.

Apertadas logicamente no campo dos principios, as escolas conservadoras, refugiam-se no campo material dos interesses, das tendencias, dos climas, das raças, no campo moral da instrucção, da religião, estudando todos esses factos de um modo proprio a favorecel-os, a si e a suas idéas.

Nós que entramos com a alma livre, com o coração limpo de paixões, que, guiados pelas leis da consciencia, que são tambem as da democracia, não obedecemos senão a elles, não admittimos essas distincções sophisticas entre a theoria e a practica e consignamos a idéa de que tudo aquillo que é theoreticamente verdadeiro, não pode ser practicamente falso, além de que ainda estamos á espera de que essas escolas nos digam se custa mais a comprehender o bem ou o mal, e por consequencia se o homem está melhor preparado para um ou para o outro.

Seremos fieis nesta discussão. Á historia responderemos com a historia, ao sophisma desfazel-o-hemos, porque essa argumentação é impropria de homens que entram na sciencia não para discutir, mas para acertar.

VI

A ignorancia

A ignorancia ultima forma da servidão.—Falsidade d'este argumento perante a philosophia politica.—Affirmação democratica pela instrucção.—Os Estados Unidos.—A civilisação actual.—Vago e indeterminado d'esta objecção.

A servidão é das idéas mais universaes da historia. Cada epocha, cada sociedade a traduz e affirma com um caracter novo. Successivamente religiosa, militar, agricola, real, apparece acompanhando as evoluções da civilisação, seguindo as mesmas phases, constituindo as mesmas series, assistindo aos mesmos espectaculos de dissolução. Quando o povo foi chamado a dizer a sua palavra, a trazer uma nova formula de organisação, que devia desconcertar o velho mundo aristocratico e monarchico, a servidão acompanhou este movimento e tomou uma nova forma tambem. A violencia que lhe dava um caracter sombrio, e a franqueza que fazia d'ella um estado normal do homem, foram, após o grande abalo determinado na Europa pela Revolução Franceza, substituidas por meios de oppressão mais disfarçados e subjectivos. De material tornou-se moral, do corpo passou para a consciencia. A ignorancia foi o nome que se lhe deu. Apoiados nella, não ha arbitrariedade, que não tenha justificação, restricção á liberdade, que não se desculpe e mesmo legitime. As instituições conservadoras, em materia civil e politica, tem alli a sua base e a sua defesa.

A ignorancia do povo é a ultima forma que a servidão

tem affectado através a marcha das gerações; é o indigno instrumento com que muitos ainda procuram ter a seus pés o grande numero, collocando-o fóra do meio social e economico, em que a liberdade e a justiça são entidades absolutas e positivas, anteriores e superiores a todas as vontades, a todas as opiniões, a todas as leis, manifestações racionaes e conscientes da inviolabilidade humana.

Os adversarios da democracia deviam envergonhar-se de apresentar um argumento que levava á conclusão, se fosse verdadeiro, que as suas formulas politicas se coadunam com os estados de civilisação atrazados, e por consequencia com os erros, com os prejuizos, que essas civilisações encerram, em quanto que a democracia é uma forma tão excellente, tão sublime, que só a espiritos serenos, tendo consciencia do seu direito, como os desejava Platão na sua organização ideal, é que ella poderia convir. Mas, accetando o argumento com toda a sua pequenez, com toda a sua debilidade, diremos que é falso em philosophia politica, falso em hypothese, contrario aos factos, vago, indeterminado e de modo nenhum aceitavel em tempo de seriedade, meditação e critica como é aquelle em que vivemos. Sim, a philosophia politica e com ella toda a escola liberal rejeitam-no, porque a philosophia politica, determinando a noção ideal do Estado, chega á conclusão de que é uma entidade negativa, destinada simplesmente a fornecer condições de progresso pelo individuo. Por consequencia deante d'uma entidade negativa tanto valor tem o sabio, como o ignorante, o homem que alimenta em seu coração os sentimentos de justiça, liberdade e dignidade, como aquelle que sempre viveu em uma atmospherá extranha á luz da civilisação, que nunca chegou a vencer a miseria moral. As affirmações theoricas dos publicistas, combinadas com as deducções philosophicas dos escriptores de direito natural são unanimes no pensamento de que o imperio do Estado irá perdendo campo á medida que a individualidade humana for crescendo; d'onde concluimos

que é o Estado que foi feito para o individuo e não este para aquelle, como o suppõe a escola conservadora. Aonde a ignorancia se apresenta com mais horrores, aonde os prejuizos são mais radicaes e profundos, ahi queremos nós um governo mais justo para ser mais moralisador. Nestes momentos solemnes em que se tracta de arrancar um povo da rocha immovel e arida da fé, da ignorancia e do despotismo para lhe inspirar um amor ardente, profundo pela verdade, independencia e honra é que se conhecem as virtudes dos bons e dignos governos. Logo o argumento baseado na ignorancia do povo encerra uma falsidade, qual é a de suppor o individuo feito para o Estado, falsidade que a philosophia rejeita demonstrando a idéa opposta como verdadeira.

É tambem falso em hypothese e ao mesmo tempo contraproducente. Queixam-se da ignorancia. Pois bem. Ha uma potencia mais forte que a ignorancia. Esta potencia é a instrucção civica, livre dos prejuizos religiosos, politicos, moraes e sociaes, a instrucção limpa d'essa lepra immunda do ultra-montanismo, d'esse espirito contagioso que envenena e secca tudo o que ella toca, e que ainda hoje, como nos dizia Pascal, mina as bases da ordem social e politica. Se a instrucção for proporcionada, d'este modo podemos esperar que ella destruirá o velho mundo, abalado por nossos paes, como as Universidades e as Communas no seculo XIV abalaram, por seus esforços combinados, a theocracia e a feudalidade. Ora esta forma de educação, a unica capaz de elevar os povos, não pode ser desinvolvida em nenhum governo fóra da democracia, porque todos os outros têm grandes compromissos para com o elemento theocratico, real e aristocratico, compromissos que constituem outros tantos vicios organicos, e que o inhibem de obrar com aquella independencia que se exige em assumpto de tanta transcendencia. Por consequencia em nome mesmo da ignorancia, que é necessario fazer desaparecer, e na qual os nossos adversarios, de boa ou má fé, tanto

se apoiam, reivindicamos os direitos da democracia á direcção geral dos destinos humanos.

Meditese bem nesta palavra *democracia*, que hoje tem uma accepção bastante lata e já confusa para se comprehender a verdadeira democracia, a democracia como a nós entendemos e não como se entendia nas edades pagãs e muito especialmente nas edades christãs, isto é, naquellas republicas italianas da meia idade, na republica dos Paizes-Baixos no seculo **xvi**, e ainda em nossos tempos nas republicas da França que morreram tão cedo por commetterem grandes erros politicos, por não terem chegado á verdadeira forma republicana, aos Estados-Unidos, a essa grande republica que realisou o maior facto dos tempos modernos — a elevação d'um povo do estado selvagem á categoria de primeira potencia do mundo, e que hoje pode collocar-se na vanguarda da familia humana e gritar-lhe: *por aqui*. Contemple o espectáculo que nos apresenta o progresso d'esta grande terra americana! Naquellas florestas virgens, naquelles lagos immoveis, como immovel era o pensamento, naquelles rios impetuossimos, cujas crystallinas aguas se despenham com solemne rumor, naquellas planicies silenciosas, onde se reprecutia a harmonia da musica das espheras, onde vagavam os homens da frecha em sociedade com os animaes, naquellas tendas volantes, d'onde Chateaubriand extrahiu o poema das tristezas modernas, nessa terra achou abrigo a idéa democratica, ahi se realisou, ahi cresceu e como que se identificou com o solo, e por isso esse solo, que ha noventa annos era um deserto, é hoje a maior terra productora do globo. E ainda nos dizem que nós não estamos preparados para o governo republicano federativo! De maneira que naquellas florestas, aquella familia de escravos e senhores, impressionados pelos nossos vicios europeus, porque eram em grande parte exilados das revoluções inglezas, estavam aptos para receber a idéa que os regenerou e transformou, e nós, no meio d'esta civilisação gigantesca, porque, apesar

da sua face tenebrosa, não podeis negar que é gigantesca, pois que resume os esforços moraes e materiaes de todas as edades, nós, que vimos depois d'um baptismo social como de 89, ainda não estamos promptos para gozar os beneficios que a natureza depoz em nossa alma e concedeu áquella nação americana!

Nós, que, para não fallar senão das tradições do mundo moderno, recebemos do seculo xv a jovialidade; do seculo xvi a theologia e as innovações; do seculo xvii a idéa critica de Vico por Creuzer, Herder, Thierry, Grim, Michelet e outros, a idéa religiosa do mesmo seculo, isto é, o espirito de Fenelon, por Chateaubriand; do seculo xviii a idéa revolucionaria de Voltaire por Napoleão; que herdámos as tradições philosophicas de todas as escolas por Collard e Cousin, os resultados scientificos de Bufon e d'Alembert por Cuvier e G. de S. Hilaire, a critica litteraria de L'Harpe e Marmontel por Villemain; que vimos sahir das entranhas d'este seculo, profundamente agitado, uma poesia nova, a poesia lyrica de Delavigne e Lamartine, uma poesia pantheistica, a poesia de Goethe e Byron; uma infinidade de systemas sociaes desde Babeuf até Vermorel, de systemas philosophicos desde Kant até Augusto Comte e Littré, de systemas historicos desde Turgot até Laurent e Renan; nós, que com estes immensos materiaes vamos caminhando para a luz, procurando a lei do equilibrio entre os nossos desejos e faculdades, no meio d'este grande espectaculo de renovação scientifica, não podemos operar a renovação politica, que é uma consequencia forçada da primeira?!

É necessario que nos entendamos, e acabemos por uma vez com estes velhos subterfugios, que são improprios para uma questão tão momentosa. Não é a ignorancia que nos inibe de continuar a tradição juridica e economica, iniciada no seio dos povos pela Illiada moderna, cujos heroes são Mirabeau, Lafayette, Vergniaud, Demoulin, e tantos outros; são os restos da seiva theocratica e real que ainda nos anima; os prejuizos, os erros, os pretendidos escri-

pulos, as tutelas officiaes, os diplomas de incapacidade, a exploração de uma classe numerosa pelos mais activos, a destruição de toda a harmonia natural e civil, a falsa concepção das relações entre a materia e o espirito, entre o espirito e o corpo, entre o individuo e o Estado, finalmente o estabelecimento de regimens anti-naturaes, que em vez da ordem só produzem a desordem, o desequilibrio das forças sociaes.

Se a ignorancia fosse um obstaculo real á introducção da idéa democratica, sel-o-ia tambem a introducção da idéa constitucional e da idéa representativa, pois que o mecanismo d'estas formas politicas é mais complicado do que o da democracia, onde o principio da descentralisação simplifica e esclarece sobre modo os negocios. E todavia o constitucionalismo é o principio organico de muitas sociedades politicas, é o governo d'aquelles mesmos que argumentam com a ignorancia. Que diriam se nós lh'a lançássemos em rosto?

Depois, quem não vê o vago e o indeterminado d'esta objecção? Aonde está o sabio que possa dizer-se não ignorante? E por consequencia qual o gráo a que quereis que chegue um povo no vosso barometro civilizador para merecer o titulo de povo instruido? Quem o marcará e com que criterio? A Suissa é um povo republicano federativo, as instituições democraticas têm alli grandes raizes, são amadas por todos, defendidas por todos. Dizei-nos se a Suissa é mais civilizada do que a Inglaterra, a França, a Belgica, a Hollanda, a Allemanha, a Italia e todos os paizes em que a Reforma e a Revolução Franceza lançaram os seus principios, as suas idéas de emancipação religiosa e politica? Podereis responder-nos que ahi ha mais moralidade, maior respeito pela individualidade humana, resposta que viria confirmar-nos mais uma vez no pensamento de que só a democracia pode regenerar as sociedades, estabelecendo d'um modo permanente a paz, o commercio, a solidariedade dos interesses, tudo isto apoiado na liberdade, e esta sanccionada pela justiça.

VII

O Scepticismo politico

O desleixo, a indiferença, a falta de iniciativa.— Incompatibilidade das funcções administrativas com os differentes misteres e profissões economicas.

Admiravel intuição foi a dos homens da Revolução, que em menos de cinco annos fulminaram um passado de dez-oito seculos e em tres mezes pozeram os reis da Europa a seus pés, quando lançaram os fundamentos a uma instrucção publica e nacional, destinada a derramar nas almas a seiva democratica, o amor pela patria, o culto pela justiça e liberdade.

Avivando nas consciencias o sentimento do direito, a dignidade civica, arrancavam as massas da lethargia, da indiferença politica em que a organização catholico-feudal as havia mergulhado, apesar das transformações sociaes e politicas, civis e religiosas que desde o seculo XII as Comunas e a Reforma tinham imprimido á humanidade.

E é em nome d'esta indiferença, d'este desleixo, d'este abandono das funcções administrativas, d'este scepticismo politico, que muitos combatem hoje o governo democratico dizendo que a democracia, que é o governo de todos, exige povos activos, energicos, de vitalidade politica e que portanto bem poucos ou nenhuns estão em estado de a receber. Vós que conservais os povos na indolencia e in-

diferença, pelos vossos erros repetidos, pela vossa pessima organização, sois os que nos dizeis ainda que os não arranquemos a ella porque nos não comprehenderão. De maneira que pela vossa theoria nunca a regeneração seria possivel, visto que o scepticismo politico vai augmentando á medida que os governos existentes se afastam de sua origem, como as religiões se corrompem e desacreditam tambem á medida que se vão distanciando dos seus reveladores. E senão haja vista aos paizes constitucionaes. O que vemos e observamos? O povo desprezando completamente o exercicio das funcções publicas; descrente das boas intenções dos que se acham á testa dos governos; indifferente e impassivel deante dos partidos, que se degladiam, não por causa de idéas grandes e generosas, mas por um interesse pessoal, quasi sempre de nenhuma importancia. Por isso em nome do scepticismo, que dizeis involver e realmente envolve o espirito dos povos, pedimos a preferencia do direito democratico, porque só esse, pela sua universalidade e egualdade, pode acabar com tão grande mal.

Effectivamente, o scepticismo não é uma qualidade inherente á natureza do homem; resulta sempre mais ou menos de circumstancias externas, que, pela sua acção continua e desordenada, lançam a alma em um estado de fadiga e desespero taes, que só a negação a satisfaz e consola nestes momentos supremos de lutas psychologicas. Como as religiões com os seus erros, com as suas illusões mysticas, com o seu espiritualismo vão, e incomprehensivel originaram na consciencia humana o scepticismo religioso; os governos com as suas violações á liberdade, com a sua politica mysteriosa e unitaria, com a sua hypocrisia, produziram no animo dos povos o scepticismo politico.

Sim, o scepticismo politico, a indifferença, o desleixo, a falta de iniciativa, que no nosso caso tudo é a mesma cousa, foi um producto dos governos da actualidade que, mais ciosos da conservação e engrandecimento proprios,

que do desinvolvimento racional e livre das forças da associação nacional, não fizeram senão commetter erros, escandalos e injustiças, que os comprometteram perante a opinião publica e por isso essa opinião, que hoje é tudo em politica, os abandonou. Se quereis condemnar a democracia como incompativel com similhante estado de cousas, então condemnae primeiro os vossos systemas governamentaes, porque esses é que nos trouxeram a este estado, esses é que lançaram os povos em uma tal indifferença, que necessariamente havia de ser motivada por grandissimos abusos de poder, por muitas illusões e decepções dos cidadãos, que, em regra, são pacientes, e submissos.

Como quereis que a indifferença e o desleixo não existam, se vós ainda considerais o povo como um inimigo perpetuo, contra o qual é necessario estar sempre prevenido, e em consequencia d'isto lhe occultais a marcha dos negocios publicos, fazendo da governação uma sciencia cabalistica, mysteriosa, propria para certos espiritos escolhidos? Como o homem á força de ser afastado da luz se torna cego, o cidadão á força de ser afastado dos negocios da sociedade se torna sceptico e indifferente.

Tudo isto provém de se não fazerem comprehender os deveres sociaes, e, por isso, diziamos, abrindo este capitulo que admiravel tinha sido a intuição dos homens de 93, porque assim responderam de antemão ao argumento, que ainda nos querem oppor, apesar de estar destruido por sua natureza, pois que logo se vê que é contraproducente.

Em nome, pois, do scepticismo, da indifferença e da falta de iniciativa, que é necessario que desapareçam, julgamos poder affirmar mais uma vez a excellencia da democracia, que dá vida, movimento, actividade a todos os elementos sociaes.

Tambem não nos parece que a democracia possa ser batida pela ficticia incompatibilidade entre as funcções administrativas e os differentes misteres e profissões economicas. Em primeiro logar é falso que tal incompatibili-

dade exista, porque, se o trabalho economico satisfaz necessidades individuaes, as funcções administrativas satisfazem necessidades da vida social, tão legitimas e urgentes como as primeiras.

Olhae para os dous paizes, onde o desinvolvimento economico é manifesto, para a Inglaterra e para os Estados Unidos, e ahi encontrareis tambem o desinvolvimento politico mais extenso, attenta a influencia exercida pela opinião publica nestes dous povos.

Para os que acham incompatibilidade entre as funcções publicas e os diferentes misteres da vida economica, este facto da Inglaterra e dos Estados Unidos seria impossivel. Talvez digam que são excepções. O sophisma dá para tudo.

Quando mesmo tal incompatibilidade existisse, a democracia não perderia os direitos ao governo das sociedades politicas.

Que importa, effectivamente, para a execução da idéa democratica, que haja um certo numero de individuos impossibilitados de a exercer? Porque um doente não está no caso de supportar a acção medical, negaremos, por esse facto a cura a todos os doentes? Quem poderia acceitar esta consequencia por um momento?

Pois tambem a democracia, que é o remedio para esta doença politica que accommette as sociedades, não pode ser negada a titulo de que alguns não a podem receber. Comprehendemos o alcance d'esta objecção e a intenção pouco boa dos que a formulam. Como viram que depois da Revolução Franceza tudo parte das classes inferiores, foi para este lado que voltaram as attenções, dizendo a essas classes que inuteis são os esforços para o estabelecimento do governo democratico, porque ellas, pela sua vida laboriosa, estão na impossibilidade de tomar parte nelle. Dizei-lhe tambem o mesmo a respeito do governo constitucional, porque ahi não toma parte do mesmo modo. Ficareis com o absolutismo, isto é, com a morte; *in pace*.

VIII

A Historia

A philosophia da historia, e as escolas auctoritarias.— Tradições historicas.— Lei das contradicções.— Instabilidade do governo democratico.

No meio das affirmações do espirito moderno encontra-se uma, que, pelo seu valor scientifico, pela sua transcendente importancia, pela revolução que ella tem consummado na maneira geral de encarar as cousas, os factos e os homens, se pode considerar como a primeira e a mais util de todas as investigações. Esta affirmação lançada ao mundo em nome de principios differentes, determinada por cousas variadas, concebida com limites mais ou menos extensos, é a *philosophia da historia*, synthese admiravel, que abrange todos os elementos constituitivos da sociedade, isto é, a religião, o direito, a sciencia, a litteratura, a arte, o desinvolvimento physico, as influeneias climatericas e ethnologicas, as condições organicas, materiaes da existencia animal, as influencias economicas, numa palavra, todos os elementos, que, directa ou indirectamente, influem no estado social.

A philosophia da historia, applicando o seu methodo rigoroso ao exame dos phenomenos da civilisação, vai discriminando aquillo que é justo e injusto, aquillo que tem hoje razão de ser e o que está condemnado a descer ao

tumulo. Para ella não ha sophismas; a sua espada corta direito nesta floresta de erros e de virtudes, plantada pelos homens do passado.

E, todavia, neste momento em que fallamos, nesta hora suprema em que se exige toda a seriedade, meditação, boa fé e despreocupação, ha uma escola de auctoritarios, que, pouco confiados na legitimidade da sua causa, procuram illudir-nos com a historia, interpretando-a a seu modo; violentando a critica; desnaturalizando os factos; contestando a veracidade de escandalos, que não lhe fazem bem; attenuando certos crimes, que revoltam, apezar de elles os julgarem moderados e brandos; fazendo da historia um arsenal destinado a fornecer-lhe armas de defesa, quando é certo que nella se acha a sua maior condemnação.

Chamar a historia em apoio de uma idéa, que deve receber de si a sua fecundidade e energia, parece-nos cousa pouco propria e sobre tudo argumentação de base fraca. Já o dissemos; a historia é uma arma fortissima, aniquila erros, prejuizos, anathematiza crimes e injustiças, archiva as contradicções, os equivoccos, as lutas, que se dão nesta alma tempestuosa do homem, que preocupada pelos eternos espectaculos da natureza physica e pelas revoluções não menos eternas do mundo moral, está sempre em cogitações, em movimentos para chegar á realidade das cousas.

Mas a historia não dá, porque não pode dar, legitimidade scientifica áquillo que a não tem em si. A verdade não se compadece com o erro, venha d'onde vier; para ella não ha miseria, não ha perdão. É impossivel, é feio; é pouco sentimental.

Contra a natureza das cousas não ha força que resista, porque o movimento da idéa é fatal, violento, mais energico que o movimento dos mundos, por que os governa. A idéa é tudo, é Deos, como dizia Hegel.

Os erros passados poderiam legitimar os erros presentes? Então resuscitae a inquisição, o absolutismo, a servidão, e tantos outros absurdos, porque tudo isso teve uma

epoca de esplendor e grandeza, como nenhuma outra instituição teve ainda.

Se quereis argumentar com a historia contra a introdução do governo democratico, porque grandes tradições se prendem ás outras formulas politicas, e porque grandes interesses se acham ligados a ellas, então lembrae-vos que negais todos os grandes factos, pelos quaes o progresso se tem affirmado de um modo inflexivel e rigoroso deante da historia e da sciencia.

Tradições historicas encontrou o christianismo, como nenhuma outra religião, e todavia o christianismo foi um bem, foi um progresso sobre as manifestações religiosas da antiguidade; tradições historicas encontrou a renascença e a reforma; a renascença que livrou a arte dos estreitos laços do espiritualismo mystico da edade media e a reforma que arrancou o homem do immundo charco, a que o tinha lançado o catholicismo intransigente; tradições historicas encontrou a sciencia, quando se elevou, pela voz de Descartes e Galileo, áquella altura em que hoje a vemos e admiramos; tradições historicas encontrou a philosophia politica, quando se manifestou naquelle grande incendio, que devorou thronos e imperios, aniquilou privilegios, distincções e que se chamou a revolução franceza; tradições historicas encontraram os nossos homens, que em 1820 soltaram o grito da independencia na cidade do Porto; e a democracia, como formula mais elevada da sciencia politica, não ha de encontrar tambem tradições?

Quem não vê, effectivamente, que cada passo no caminho do progresso é assignalado por uma catastrophe no mundo social? Quem não vê que a lei das contradicções é uma lei absoluta, que se encontra em todas as espheras da actividade humana? Assim existe na natureza pela atracção e repulsão; em philosophia pela these e antithese; no coração humano pela alegria e pela dor; na politica pela centralisação e descentralisação, pela liberdade e despotismo; nas linguas mesmo pelo sim e pelo não, e na his-

toria pela acção e reacção. A democracia é a acção, o passado a reacção; a democracia é a liberdade, o passado o despotismo, e porisso não admira a lucta, induzida entre estes dois elementos heterogeneos, antagonicos. É uma consequencia d'esta lei suprema, que rege todas as manifestações da natureza do homem.

A historia, pois, não defende os regimens conservadores, nem condemna a democracia, como não condemna o christianismo, a renascença, a reforma, a revolução franceza e todos os grandes abalos sociaes, que têm influenciado profundamente na vida dos povos.

A historia é mestra inflexivel, que só pode ser chamada a depor a favor de causas, que têm a sua verdade em si, como é a causa democratica, cujo desinvolvimento progressivo lhe tem creado grandes raizes no passado, e sympathias no presente.

Dizeis ainda, apoiando-vos na historia, que o governo democratico é essencialmente instavel. Pois bem, a forma mais estavel é a mais despotica, é o absolutismo theocratico o guerreiro, com aquella inflexibilidade e immobildade que attingiu nos paizes da Asia.

Acceitais o absolutismo e todas as suas consequencias? Não. Acceitais a ordem, a paz, a troco da abdicação da vossa personalidade, dos vossos direitos, e da independencia das vossas acções? Se o fizerdes, sereis homens sem character, sem dignidade, sereis homens ruins.

Acceitais a ordem, que vos venha de um poder extranho, superior ás vossas vontades? Então lembrae-vos que contradizeis os mais bellos principios da responsabilidade humana.

Acceitais que a democracia é um governo pouco proprio para conservar a ordem dos Estados? Então condemnae o governo constitucional, que provavelmente é o vosso, porque nessa, mais que em nenhum outro, a ordem está sempre sujeita a ser alterada. Aonde uma entidade politica, chamada rei, tem o poder de dissolver a representa-

ção de uma nação inteira, é mais facil haver atritos repetidos, do que aonde o povo tem esse poder. E a dissolução é uma causa permanente de desordem. Se quizessemos abrir a historia do governo representativo e constitucional, poderíamos convencer-nos logo do que elles são, e do que podem ser. A verdade democratica, porém, não necessita d'isso. A luz é sempre a luz; as trevas são sempre as trevas.



A raça, pelas creações fataes a que dá logar; o clima, pelas suas influencias na organisação physica e moral do individuo; a religião, pelo modo mais ou menos sentimental, mais ou menos racional de encarar as realidades da vida, são elemento da maior importancia para a resolução geral do problema da constituição dos estados. Em consequencia d'isso todos foram successivamente chamados a depor contra a democracia.

A Commissão não lhe responde, porque o tempo determinado para a apresentação d'estes trabalhos lh'o não permite. Julga, entretanto, que essas difficuldades não têm existencia real; são filhas de um modo falso de ver as cousas e estudar as relações dos homens.

Convencido de que deante do movimento das idéas não ha que recuar, porque neste itinerario do homem para o absoluto é necessario a affectivação de toda a essencia; a Commissão acredita firmemente no progresso em todas as espheras da actividade, e por consequencia na esphera politica. A dissidencia, qualidade inherente a todas as opiniões, a todos os systemas, que não se acham penetrados por principios universaes e justos, não lhe parece que possa durar por muito tempo.

O grito de Galileu — *E por si muove* — que fez estre-

mecer o grande seculo XVI continuará a ser o grito de todos os reformadores sociaes.

A Commissão assim o acredita.

Presidente, *Domingos Antonio Torres.*

Secretario, *Luiz José Dias.*

Vogal, *José Rodrigues de Almeida Ribeiro.*

Dito, *Manuel de Almeida e Silva.*

Relator, *Augusto Manuel Alves da Veiga.*

INDICE

	Pag.
INTRODUÇÃO.	5
I Noção philosophica da liberdade e soberania.	17
II A Arte Social	25
III Como passar da liberdade racional para a Arte Social?	31
IV A Representação	39
V A Idêa Democratica	51
VI A Ignorancia	65
VII Scepticismo politico	71
VIII A Historia	75